



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS- FACHTO**

**GISELLE ASSUNÇÃO MONTEIRO**

**PODER LOCAL E CLIENTELISMO NO LEGISLATIVO: UM ESTUDO A  
PARTIR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ/PA (2001-2019)**

**Cametá-PA  
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS- FACHTO**

**GISELLE ASSUNÇÃO MONTEIRO**

**PODER LOCAL E CLIENTELISMO NO LEGISLATIVO: UM ESTUDO A  
PARTIR DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ/PA (2001-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Ariel Feldman.

**Cametá-PA  
2020**

GISELLE ASSUNÇÃO MONTEIRO

**PODER LOCAL E CLIENTELISMO NO LEGISLATIVO: UM ESTUDO A  
PARTIR DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ/PA (2001-2019)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Licenciado em História, aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, da Faculdade de História, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará.

Cametá, PA, 03 de janeiro de 2020.

Banca Avaliadora

**Prof. Dr. Ariel Feldman -Orientador**

Universidade Federal do Pará

**Prof. Dr. Edir Augusto Dias Pereira -Membro interno**

Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho a todos que lutaram contra o retrocesso social e político. E que ainda continuam lutando contra as “benesses” da burguesia.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Jaime Monteiro, que sempre incentivou meus estudos, e por ter sido ele o meu motivo de querer viver.

A minha avó, Cinira, que em vida fez de tudo pelo bem de nossa família, e ainda por ter me ligado no dia 29 de novembro de 2015, data que eu não esqueço, e nessa ligação a senhora agradeceu o meu aniversário. Não sabia, que depois de 20 dias dessa ligação a senhora partiria. Eu agradeço, pelas suas orações feitas para a minha saúde melhorar, e por querer me ver na faculdade. Por isso esse agradecimento é em nome da sua memória.

Agradeço a minha mãe, Nadir, por sempre briga comigo quando faço besteira mesmo assim não adiantando, e por cuida de mim mesmo do seu jeito estranho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ariel Feldman, por ter me ajudado a construir esse trabalho, pois o seu conhecimento e seu grupo de pesquisa aprimoraram e contribuíram bastante nessa pesquisa.

Aos meus irmãos, Leonardo e Jessica, por enfrentarem comigo e com os meus pais nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos de infância Gustavo e Milvia, por terem estados juntos comigo a minha vida toda, desde que nos conhecemos na quinta série do ensino fundamental não nos separamos. E ainda fomos para o ensino médio juntos, por isso agradeço a vocês.

Aos meus amigos do curso de história, Yasmim, Karol, Michelle, Daelem e Marlon, por ter me aturado durante esses quatro anos, e nesse tempo que passei com vocês me fortaleceu muito como pessoa, sem vocês não saberia como continuar na faculdade, obrigado por não me deixarem fora dos seminários mesmo tendo o risco de eu desistir deles.

Aos meus outros dois amigos do curso de história, Guilherme e André, por serem umas das pessoas que gostei de conhecer nesse curso, pelo Guilherme, também conhecido como Otário (não se preocupem! É só o jeito carinhoso que chamamos ele na sala de aula) que conseguiu que eu gostasse da faculdade. Pelo André por ter conseguido me dar conselhos e por ter me ajudado nos momentos mais precisos do curso.

“A punição que os bons sofrem, quando se recusam a agir, é viver sob o governo dos maus.”

*Platão*

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o comportamento político dos vereadores da câmara municipal de Cametá/Pará, tendo como recorte cronológico as cinco últimas legislaturas municipais que compreendem o período de 2001 a 2019. Foram selecionados como foco do estudo 3 vereadores que possuem diferentes características territoriais, políticas, econômicas e sobretudo ao serem eleitos na última eleição municipal desse período possuíam um certo número de legislatura. Este é um estudo de caso em abordagem qualitativa. Foram feitas entrevistas com os vereadores e sujeitos que trabalharam com eles na CM de Cametá, documentos eleitorais como os resultados das eleições municipais são utilizados para compreender melhor o período das legislaturas, além de uma sucinta observação participante *in loco* realizada entre o final do segundo semestre legislativo do ano de 2018, e primeiro período legislativo do ano de 2019. O conceito de clientelismo foi utilizado como referencial teórico dessa investigação. Os resultados desse estudo identificam como esses vereadores surgiram no cenário político municipal, permanecem no poder local e quais os métodos usados para isso. Entende-se que práticas de tipo clientelista se constituem em um comportamento usual na forma de fazer política desses vereadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clientelismo. Poder local. Vereadores

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>Gráfico 1. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2000.....</b>	<b>55</b>
<b>Gráfico 2. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2004.....</b>	<b>56</b>
<b>Gráfico 3. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2008.....</b>	<b>57</b>
<b>Gráfico 4. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2012.....</b>	<b>58</b>
<b>Gráfico 5. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2016.....</b>	<b>59</b>
<b>Gráfico 6. Votação do vereador 2 por distrito no ano 2008.....</b>	<b>60</b>
<b>Gráfico 7. Votação do vereador 2 por distrito no ano 2012.....</b>	<b>61</b>
<b>Gráfico 8. Votação do vereador 2 por distrito no ano 2016.....</b>	<b>62</b>
<b>Gráfico 9. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2000.....</b>	<b>63</b>
<b>Gráfico 10. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2004.....</b>	<b>64</b>
<b>Gráfico 11. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2008.....</b>	<b>65</b>
<b>Gráfico 12. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2012.....</b>	<b>66</b>
<b>Gráfico 13. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2016.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 1- Vereadores que frequentaram a Câmara Municipal de Cametá durante as cinco legislaturas.....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 2- Candidatos ao cargo de vereador da Câmara Municipal de Cametá/PA entre o período eleitoral de 2000 e 2016.....</b>	<b>36</b>

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CF	Constituição Federal
CM	Câmara Municipal
DEM	Democratas
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDB	Movimento democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano do Brasil
PRTB	Partido Renovador trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Socialista cristão
PSDB	Partido da Social democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRE-PA	Tribunal Regional Eleitoral do Pará
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>18</b>
<b>REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CLIENTELISMO</b> .....	<b>18</b>
1.1- Conhecendo o Clientelismo no Brasil .....	19
1.2- O poder local e o Clientelismo no Município .....	25
<b>CAPITULO 2</b> .....	<b>31</b>
<b>O MUNICÍPIO DE CAMETÁ E A CÂMARA DOS VEREADORES</b> .....	<b>31</b>
2.1- O Município de Cametá .....	31
2.2- A Câmara Municipal de Cametá .....	32
2.3- Os vereadores que entraram na Câmara Municipal de Cametá no período legislativo de 2001 a 2019 .....	33
3.4- O número de cadeiras disponíveis para o Cargo de vereador no município entre 2000 a 2016 .....	36
<b>CAPITULO 3</b> .....	<b>38</b>
<b>CLIENTELISMO E OS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ</b> .....	<b>38</b>
3.1- A Trajetória Política do Vereador 1 .....	38
3.2- A Trajetória Política do Vereador 2 .....	44
3.3- A Trajetória Política do Vereador 3 .....	47
3.4- Votos por distritos .....	54
3.4.1- Votos por distrito do vereador 1 .....	55
3.4.2- Votos por distrito do vereador 2 .....	60
3.4.3- Votos por distrito do vereador 3 .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

Esse estudo tem por objetivo analisar o comportamento político dos vereadores do município de Cametá, localizado no nordeste paraense, em que possui aproximadamente 137.390 habitantes, com uma extensão territorial de 3.081,36 hm<sup>2</sup>, e que está dividido em 10 distritos administrativos. O recorte cronológico dessa pesquisa percorre as cinco últimas legislaturas municipais que ocorreram entre os anos 2001 e 2019, além disso se ajusta na temporalidade da história contemporânea trabalhada no “Grupo de Pesquisa em Educação Municipal” (GPEM) que é coordenado pelo Prof. Dr. Ariel Feldman, em que ocorre na Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesse período de (2001-2019) passaram 43 legisladores na Câmara cametaense entre esses vereadores foram escolhidos três para serem o foco do estudo, as decisões de escolher esses três vereadores foram baseadas em suas diferenças territoriais, políticas, econômicas e sobretudo por terem sido os únicos dos 43 que foram eleitos na eleição municipal de 2016 possuindo um certo número de legislatura entre esse período, dessa forma, o comportamento político dos três será acompanhado para conhecermos a figura política desses legisladores.

Com essa intenção de analisar o comportamento político de três vereadores da Câmara Municipal de Cametá/PA a partir da natureza de suas relações políticas, visamos identificar nesse estudo como esses vereadores surgiram na política local, entender como permanecem, compreender quais métodos usados para isso, distinguir seus redutos eleitorais e demonstrar como atuam na CM de Cametá para saber suas dinâmicas políticas.

O significado atribuído ao clientelismo para essa pesquisa é de prática que acontece entre os sujeitos políticos (CARVALHO,1998). “Que envolve concessões de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1998; 134).De maneira que o clientelismo feito pelos vereadores no município os fazem continuarem em seus cargos, e com essas ofertas de bens materiais podem "evitar conflito e maximizar o seu arco de influência eleitoral” (FILHO, 1994, 227), pelo comportamento clientelista dos atores políticos com os seus eleitores podemos encontrar o mandonismo (QUEIROZ, 1976), e o patrimonialismo (FAORO, 2001), como parte dessa configuração.

O termo clientelismo é usualmente lembrado em períodos eleitorais, todavia as relações clientelistas não acontecem somente nesse período pois é uma relação que precisa de continuidade, ou seja, depois de o político assumir o cargo poderia fazer menção as práticas

clientelísticas. E essas práticas feitas pelos sujeitos políticos atravessou toda a história política do país, estando assim, em diferente poderes e governos.

As relações que surgem com o clientelismo têm a capacidade de estarem nos diferentes poderes legislativos, desde o municipal e ao federal. Deste modo, o clientelismo mostra que é uma prática que vai além do poder local.

A relevância dessa pesquisa está em sua grande ligação com as desenvolvimentos políticas realizadas até hoje no Brasil. Essa temática que discute a existência do clientelismo no poder legislativo municipal é de suma importância para os futuros pesquisadores que se interessem por esse assunto, uma vez que ao longo do estudo foi verificado a escassez de trabalhos sobre esse assunto, sobretudo que proferem a respeito do poder legislativo municipal cametaense. Na procura por trabalhos científicos, como TCCs, dissertações, teses e artigos, não encontrei nenhum que abordasse acerca da Câmara Municipal de Cameté e acerca da legislatura dos vereadores, seja no recorte cronológico de 2001 a 2019, ou antes desse recorte, isto significa que falta desenvolvimento de pesquisas nessa área. Por esse motivo esse trabalho tem sua relevância para o incentivo de novas pesquisas para compreender o poder local que está na esfera municipal.

A metodologia usada tem uma abordagem qualitativa do estudo de caso, segundo ALMEIDA (2016, p. 60) “o estudo de caso pode ser definido como um procedimento metodológico com pretensões holísticas, na medida em que procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico”. Em que pelo estudo de caso é feita a descrição e análise do acontecimento, percebendo as suas dimensões de complexidades e interconexões, uma vez que um caso investigado pode levar a um outro. Por isso um caso demanda estratégias de investigações plurais, no que leva a olhar as variadas dimensões teóricas e empíricas. (ALMEIDA, 2016).

Devido à diversidade das técnicas e dos planos empíricos, os resultados dependem da capacidade de integração dos dados pelo investigador. Para tanto, é necessário ter clareza do que cada procedimento metodológico pode oferecer em termos de consistência dos dados; valer-se de referências teóricas para orientar as análises da pesquisa; e, por fim, refazer as hipóteses iniciais conforme o andamento da investigação. (ALMEIDA, 2016, p. 63).

De maneira geral, o estudo de caso examina eventos contemporâneos em uma conjuntura específica, entendendo toda a abrangência que o caso contém, visto que para adentrar no caso existe a necessidade de se conhecer também sobre o contexto.

Nessas pesquisas feitas com o estudo de caso é comum o investigador utilizar as perguntas, Como? Por quê? e Quanto? para descobrir o interesse da pesquisa. E o estudo de

caso podem ser descritivos, analíticos ou exploratórios. Nos estudos descritivos detecta as situações sócias em suas diversas variáveis, ou seja, não pretende fazer uma análise causal, mais analisar o caso em sua forma panorâmica ressaltando suas características mais importantes. Os estudos analíticos pretendem problematizar as intepreções resultantes da observação do caso. E o estudo de caso exploratório primeiramente faz um levantamento sobre as informações referente ao caso para fazer depois uma análise mais ampla do caso específico. (ALMEIDA, 2016). Dentro dessa metodologia investigativa do estudo de caso podem se encontrar o estudo de caso único ou múltiplo:

O caso único resulta ou da excepcionalidade do fenômeno ou dos objetivos específicos da pesquisa. A investigação de vários casos, por sua vez, não tem a pretensão da representação estatística, mas é uma estratégia metodológica para produzir comparação entre diferentes complexidades em torno de um problema comum. A delimitação não segue propriamente critérios probabilísticos. Buscam-se variações e não uniformidade. (ALMEIDA, 2016, p. 65)

A partir da observação participante e de entrevistas semiestruturadas, segui um estudo de caso de viés exploratório- descritivo, encontrando-se na investigação de caso único, as entrevistas desse estudos são feitas com perguntas abertas as quais foram gravadas, sendo mantidas como se fossem uma conversa para permitir que os entrevistados exponham o que conhecem sobre a problemática investigada nas quais não esperavam-se uma determinada resposta do entrevistado, fazendo assim, que a maioria das perguntas surgissem no momento da entrevista de acordo com o que o entrevistado estava falando. Foram realizadas entrevistas sobre os legisladores da câmara municipal com pessoas que conhecem a sua trajetória na política municipal, pensando nisso, foram feitas com ex-assessores, funcionários da câmara, e com os próprios vereadores, no entanto somente um dos vereadores estudado não foi possível realizar a entrevista. No total foram feitas 8 entrevistas, sendo ouvidos 2 vereadores pesquisados, 3 ex-assessores e 3 funcionários da CM de Cametá. Doravante, para preservar suas identidades esses entrevistados serão identificados apenas como Informante 1,2,3,4,5 e 6. Por esse mesmo motivo não foram usados os nomes verdadeiros dos vereadores no presente estudo, desse modo serão chamados de vereador 1, vereador 2 e vereador 3.

Fizeram parte desse estudo os resultados das eleições municipais do ano de 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) para poder saber sobre os desempenhos dos vereadores, sobretudo os dos três focalizados no estudo. A partir desses dados pude verificar a troca de partido, número de legislaturas, quantidades de votos, suplentes e eleitos, no entanto, para fazer essa verificação precisou a criação de dados quantitativos e tabelas para

reunir essas informações eleitorais, pois vem desorganizadas pelo TSE e TRE/PA. Da mesma forma, se tiver que organizar os votos por seções eleitorais para conseguir analisar o lugar em que os três vereadores recebem mais votos. Os resultados dos votos por seções eleitorais que estão instaladas em todo o município, foi feito a partir da soma das seções, ou seja, foi contado voto por voto. E enquanto esses votos foram somados eram encaixados no endereço que o número da seção correspondia, depois feito isso para organizar e poder visualizar as escolas e endereços que estão, novamente esses resultados foram organizados, somados, e transformados em porcentagem para poder dar o resultado da votação dos três vereadores por distritos.

Em virtude disso, entendemos que para o trabalho é importante mencionar as dificuldades encontradas no caminho da realização da pesquisa, e essas dificuldades foram mais acentuadas quando se houve a necessidade de saber mais sobre esses vereadores por meio dos dados eleitorais, fato esse que quebra a ideia de que para obter esses dados seria algo simples de conseguir, uma vez que o estudo contou com o uso dos resultados das eleições municipais por seções, ou seja, o estudo trouxe os votos que os vereadores pesquisados receberam no momento da eleição em cada urna, por terem sido usados esses resultados por seções foram feitas pedidos no Cartório Eleitoral do município para receber esses resultados por seções das eleições de 2000, 2004 e 2008, contudo, não pediu-se os dados das eleições de 2012 e 2016, pois os resultados por seções dessas duas eleições estão disponíveis no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), entretanto isso revela um problema pois quando se procurar os resultados das seções antes desse período de 2012 e 2016 não é possível encontrar nos bancos de dados do site do TSE, e muito menos no site do TRE-PA (Tribunal Regional Eleitoral do Pará,) e por isso foram pedidas pelo Cartório Eleitoral do município os resultados por seções das eleições de 2000, 2004 e 2008, mas para ter esses resultados precisou-se de tempo, pois a cada pedido protocolado no Cartório Eleitoral o próprio Cartório me dava um tempo para obter a resposta, sendo que o primeiro pedido foi feito no início do mês de janeiro de 2019 onde ordenaram que voltasse depois de um mês. No segundo pedido foi o mesmo período de um mês que me deram e o terceiro e último para obter uma resposta foram três meses de espera, pois o pedido foi protocolado no mês de julho e obtido uma resposta no mês de setembro.

Porém, a dificuldade do trabalho não aplica-se somente a busca de dados eleitorais, mas também a busca pelas entrevistas com os vereadores pesquisados, neste caso dois vereadores, o vereador 2 e 3. O vereador 2 para conseguir entrevista-lo foram quatro tentativas, sendo que era ele que marcava o dia e o horário. Sempre eu comparecia nas datas marcadas, mas

quando chegava no dia, dizia que estava ocupado por isso não poderia conceder uma entrevista, pôs poderia demorar muito. E os horários marcados era uma hora antes das sessões ordinárias que acontecem às 17: horas da tarde, nos dias de quarta e quinta-feira. Nos dias que não tinha sessões estava para a localidade onde mora, Curuçambaba. Tudo isso tornava complicada uma entrevista com ele. Quando foi na quarta tentativa, uma funcionária da Câmara Municipal de Cametá informou-me que estava nesse dia presente o seu “braço direito”, dito com essa palavra por ela. A funcionária conversou com esse homem. E ele levou-me ao gabinete do vereador para realizar a entrevista. Essas foram as dificuldades passadas para consegui entrevistar o legislador. Esse fato está sendo contado porque possibilita compreender que as relações de amizade podem nos garantir acesso a lugares que muitas vezes não poderíamos ter acesso. Essa pessoa que é uns dos melhores amigos do vereador é vista pelos funcionários da Câmara como seu “braço direito”, ou seja, uma pessoa de confiança do vereador que pode auxiliar em seu trabalho. E essa entrevista com o vereador não foi tão descritiva, uma vez que respondia às perguntas com explicações curtas, sem dar muito detalhe. Futuramente podem ser feitas mais pesquisas que possam dar mais detalhes sobre como era antes de entrar na CM a vida do vereador 2, apesar disso, alguns relatos da entrevista dele e de um ex-assessor da CM permitiram elucidar esse momento.

Já o vereador 3 foi o único dos outros dois legisladores pesquisados que se recusou a dar entrevista. Na primeira vez que falei com esse vereador ele disse que eu teria que ler todas as atas das sessões do período que está presente na CM de Cametá, que seria o período de entrada em 1997 e das que estão sendo feitas nesse ano de 2019. Na segunda vez que o procurei, fui no início do horário que a CM começa a abrir, que é a partir das 08:00 horas e fiquei até o fechamento que é as 12:00 horas, nesses horários permaneci esperando-o do lado de fora do gabinete para conseguir uma entrevista com ele, todavia, também do lado de fora de seu gabinete tinha outras pessoas esperando a vez de falar com ele. Nesse dia não consegue a entrevista por causa do tempo, onde disse que deveria esperar todas essas pessoas serem atendidas para depois realizar a entrevista. Evidentemente não deu tempo. Na terceira vez não tive que esperar, a sua assessora me informou antes de perguntar sobre a entrevista, ao me ver disse que ele estava muito ocupado. Na quarta tentativa, um fato parecido com esse aconteceu. Perguntei da entrevista ela disse-me o vereador não estava em “bom momento” por isso não atenderia ninguém. Na quinta tentativa não estava pela parte da manhã como havia me dito. Na sexta e última tentativa viajou na segunda-feira, mas voltaria na quarta-feira que é o dia de sessão ordinária na CM. Então, fui na quinta-feira de manhã, e disse-me que estava muito ocupado essa semana e não poderia realizar nenhuma entrevista. E essa

semana que eu fui já era 20 de novembro, tentei até o último momento realizar uma entrevista com o vereador, mas por não está disponível nas vezes que eu frequentava a CM, é importante ressaltar que o vereador marcava os dias para mim ir. Por conta dessa indisponibilidade a sua entrevista não está no estudo. E um dos sentidos do trabalho era escutar o que cada um desses vereadores falaria da sua trajetória para se torna um vereador do município, no entanto para contemplar essa falta da entrevista do vereador, foram realizadas 3 entrevistas com funcionários da CM e uma entrevista com um ex-assessor que trabalhou na CM na época do pai do vereador. A partir disso, foi montada a sua entrada na CM, porém não está de um modo descritivo, pois são pessoas que estão no meio de trabalho em que o vereador estar, mas que não acompanharam a sua vida desde o princípio.

E o estudo está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo encontra-se o referencial teórico da pesquisa, inicialmente fazendo uma reflexão sobre o conceito do clientelismo para depois conhecer a sua origem no Brasil, e por fim, adentrando na questão do poder local.

No segundo capítulo, é abordado sobre o município de Cametá e sobre sua Câmara Municipal, de maneira encontra-se uma parte da análise empírica para falar sobre os vereadores desse período de 2001 a 2019, assim mostrando os fatos mais importantes que aconteceram na Câmara nesse período.

E no terceiro capítulo, encontra-se as entrevistas com os informantes e vereadores e a construção de sua trajetória política, também como os votos por distritos desses vereadores.

## CAPITULO 1

### REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CLIENTELISMO

No presente estudo o clientelismo será abordado como pratica que acontece entre os sujeitos políticos que estão permeadas por trocas de favores entre o eleitor e o representante político. Onde o eleitor por essa troca de favor daria o seu voto, podendo assim receber bens materiais ou imateriais. Mas essa troca não acontece somente em momento de eleição, ela pode acontecer durante o mandato do político eleito, e cuja essa troca se daria pela assimetria contida nessa relação, apesar dessa assimetria, ambos iram esperar vantagens na relação.

O termo clientelismo causa confusão, visto que, as vezes é confundido com outros conceitos como patrimonialismo (FAORO, 2001), mandonismo (QUEIROZ, 1976), e coronelismo (LEAL, 1949). O autor Jose Murilo de Carvalho deslindou sobre esse assunto em um artigo da primeira parte de seu livro “Pontos e bordados: Escritos de história e política”. Onde explica a imprecisão e inconsistência no uso desses conceitos, e diz que isso não é um privilégio da literatura brasileira, uma vez que são reconhecidamente complexos. “Basta, como exemplo, mencionar a imensa literatura produzida em torno do fenômeno do clientelismo, as discussões sobre o conteúdo desse conceito e as dificuldades em emprega-lo de maneira proveitosa” (CARVALHO, 1998, p. 130). No entanto o autor foca nos termos do coronelismo, mandonismo e clientelismo para fazer um discurso conceitual. De acordo com CARVALHO (1998) o coronelismo seria um sistema político que vigorou na primeira república. O mandonismo não seria um sistema político, mas uma característica da política que existe desde o início da colonização. O clientelismo como o mandonismo perpassa toda a história política brasileira, mas diferentemente do mandonismo não está em trajeto decrescente na política. Ainda em seu texto menciona que o “coronelismo envolve relações de troca de natureza clientelistas. Mas de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo” (CARVALHO, 1998, p. 134). Esses três conceitos estão relacionados, mas isso não representa que eles são sinônimos uns dos outros, uma vez que cada um tem a sua especificidade.

Outros autores corroboram com essa ideia. SILVA (2012) e ARRUDA (2013) também abordam em seus estudos de que há uma difícil classificação para esses conceitos. E que o clientelismo é aplicado de maneira diversa pelos estudiosos em suas pesquisas,

dessa maneira teria vários pontos de vistas, e ainda lembram da existência da confusão entre clientelismo e coronelismo. Uns exemplos de trabalhos que dão diferentes pontos de vistas para o clientelismo são o de FARIAS (2000) e VELOSO (2006). O trabalho de FARIAS (2000) ver o clientelismo a partir das sociedades capitalistas, pois para o autor as condições socioeconômicas advindas do capitalismo tornavam as práticas clientelistas predominantes, uma vez que com o assalariamento do trabalhador os votos seriam barganhados. Já VELOSO (2006) analisa o clientelismo a partir da concepção de democracia, na qual veria se o clientelismo seria o entrave no fortalecimento democrático.

Por causa disso, CARVALHO (1998), BAHIA (2003) e KUSCHNIR (2000), ajudarão a compor a abordagem sobre clientelismo. Em que para Carvalho (1998) o clientelismo “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessões de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. (CARVALHO, 1998, p. 134). E para Bahia (2003) o clientelismo acontece por trocas assimétricas entre os sujeitos, sendo assim, acontecendo entre sujeitos de distintos poderes. Já Kuschnir (2000), aponta a continuidade dessas práticas clientelistas depois de o representante político conseguir o mandato. Desse modo, ao relacionar a perspectiva desses autores se construiu o conceito do clientelismo no presente estudo.

## **1.1 Conhecendo o Clientelismo no Brasil**

O clientelismo não é um fenômeno que se originou e que acontece restritamente no Brasil. Mas a forma como esse fenômeno está entrelaçado com a história e formação política do país faz com que associamos a uma prática comportamental dos políticos brasileiros. Vislumbrado esse fato. As relações clientelísticas sempre estiveram presentes no país. Sendo acometida por distintos governos e distintos setores de poderes. No clientelismo a compra de voto acontece frequentemente no período eleitoral, no entanto isso não basta para garantir a permanência dos clientes. De modo que o clientelismo deixa de ser sinônimo de compra de votos para ser conhecido como uma relação de troca de favores entre os sujeitos políticos. (SPECK, 2003; LERNADÃO, 2006; CARVALHO, 1998; MÜLLER, 2018).

Na política brasileira o clientelismo data o seu surgimento ainda no período colonial de 1530 a 1822. Esse período chama a atenção pelo modo que as relações se concebiam na colônia entre os senhores de engenhos de açúcar que demandavam o poder econômico e social e com aqueles que estavam sujeitos aos poderes dos senhores. Sem

dúvida nessa relação questões sociais estavam envolvidas e ligadas com a “força” de representação dos senhores perante aos outros populares, e a maioria das representações se fortaleceu com a ausência dos deveres do estado para manter o bem-estar do povo.

Autores como LERNADÃO (2006) e MÜLLER (2018) concordam que a origem do clientelismo no país aconteceu ainda nesse período colonial e vem a consolidação no tempo do império vivido pelo país. Segundo LERNADÃO (2004) as relações clientelistas que estavam na época colonial podem ser vistas nas relações dos senhores de engenhos com os colonos livres, com seus agregados e com os agricultores das vilas. BOZI (1992) salienta que essas relações estavam embasadas em favores provocados pela dependência, principalmente a material desses indivíduos com os senhores de engenho, uma vez que estavam sujeitas as condições subalternas (apud LERNADÃO, 2004). Por essa relação desigual que exista na esfera colonial entre os senhores e colonos, percebemos que o clientelismo estava inteiramente ligado com a dependência para acontecer as trocas de favores.

Além dessa dependência para existir uma relação, “a quase ausência total do estado na primeira parte do período colonial” (LERNADÃO, 2004, SN), reforçava o poder econômico e político do senhor de engenho, dando-lhe a oportunidade de exercer funções públicas como policiamento e administrações das vilas, e esse reforço aos poderes do senhor também vinha das Câmaras Municipais que surgiram no final do século XVI, em que nessas câmaras não era permitido a participação de setores populares, só podiam ser eleitos os “homens bons” considerados os proprietários de posses (DUARTE, 1939; LEAL, 1975, AVELLAR, 1970; LINHARES, 1996; QUEIROZ, 1969 apud LERNADÃO, 2004).

Nesse período, o público e o privado eram simbolizados pelo proveito de demandas públicas para favorecer questões privadas, relacionadas aos interesses da metrópole e dos mandões locais. O público e o privado eram fundidos nas casas grandes e Câmaras Municipais (LERNADÃO, 2004). Essa medida entre público e privado é chamada pelos estudiosos de patrimonialismo (BUARQUE, 1954; FAORO, 2001; REIS, 2011).

No Império brasileiro (1822-1889), que iniciou com a independência do Brasil e terminou com a proclamação da república, o clientelismo se estendeu e consolidou-se nas relações dos chefes locais com os governos estaduais. Nesse tempo existia um crescente envolvimento dos donos de cafés com as autoridades públicas para manter benefícios.

As relações que se davam no império não são muitos diferentes das que aconteciam na colônia, uma vez que no império as relações de troca ainda se davam por lealdade. Conforme GRAHAM (1999) “o clientelismo constituía a trama de ligação da política do

Brasil no século XIX, sustentando praticamente todos os aros políticos” (GRAHAM, 1999, p. 3), ou seja, o clientelismo evolvia todos os setores de poderes e sustentava as relações entre indivíduos. Um exemplo do clientelismo sendo usado para sustentar relações, são a distribuição de cargos públicos que serviam para manter e aumentar a clientela do chefe local e a própria figura do mandão também sustentava os clientes, pois a figura que o chefe emanava poderia dar segurança aos clientes gerando uma dependência que era trocada por lealdade. E essa lealdade era esperada dos trabalhadores livres, dos agricultores, comerciantes da vila e da vizinhança para com os latifundiários, onde demonstravam nas urnas seu apoio aos potentados locais (GRAHAM, 1999).

Por consequência, as eleições eram uma forma de confirma a liderança desses proprietários de terras e a vitória nas eleições mostrava que estavam dignos de obter os favores das autoridades provinciais. Não esquecendo que nessas eleições a violência poderia chegar as vias de fato, pois muitas vezes a força seria usada para derrubar e exibir a clientela montada para contestar a liderança local que estava no poder (LERNADÃO, 2004).

A família no império de acordo com GRAHAM (1999, p. 4) “ (...) era uma importante fonte de capital político. As fronteiras dela iam bem além do núcleo familiar”, pois abrangia além dos parentes consanguíneos, as uniões matrimoniais (GRAHAM, 1999). E “a palavra “família incluía muitas vezes pessoas sem relação de parentesco. No caso de uma fazenda, a “família” abrangia escravos, trabalhadores contratados, inquilinos, compadres, afilhados, parentes próximos e longínquos, em suma, todos os que viviam na ou da propriedade” (GRAHAM, p. 4). Desse modo compreendemos que para a política o termo “família” não mudou muito, uma vez que alguns políticos quando concorrem em uma eleição esperam receber votos dos seus subordinados. E essa espera de votos explana benefícios para os dois que podem ser confirmados nas relações clientelísticas feitas ainda na democracia.

Saindo do Império, tivemos em 15 de novembro de 1889 a proclamação da república, em que mesmo com ela os vínculos com o clientelismo não foram quebrados. Na república velha (1889-1930), ocorreu um sistema político que ficou conhecido como coronelismo (QUEIROS, 1969; LEAL, 1978; CARVALHO, 1998). Mesmo sendo dois fenômenos diferentes, o coronelismo será abordado, pois contém intrínseco em seu sistema as práticas clientelistas.

Apesar de ainda no império ter ocorrido na sociedade brasileira mudanças econômicas e sócias. Os enlances dos favores perduraram ao ponto de constituírem um sistema político na república que se destinava do chefe local ao presidente da república. Tendo como ponto crucial o compromisso político de manter relações com o governo estadual e central (LEAL, 1978; CARVALHO, 1998). Em que segundo QUEIROS (1969) o mandonismo que também fez presente no império (não somente nele pois vinha desde a colônia) foi intensificado na primeira república com a influência dos coronéis sobre o eleitorado, visto que, votavam no candidato indicado pelo coronel. E nessa época, no período de eleições a violência era também difundida. E as eleições da república ficaram conhecidas inclusive pela ocorrência do voto de cabresto e das fraudes eleitorais.

Telarolli num pequeno estudo, descreveu várias modalidades destas práticas de manipulação da eleição durante a Primeira República. Estas incluíam a influência do governo no alistamento dos eleitores, que permitia tanto a exclusão de eleitores que votariam em candidatos da oposição como também a inclusão de eleitores fantasmas. O momento da votação também oferecia margem para manipulação. Frequentemente, o local de votação era instalado em casas particulares, o voto era aberto (para evitar fraudes!) e, como se estes constrangimentos ainda não bastassem, os eleitores eram aterrorizados pela Força Pública ou por pistoleiros particulares. Uma última possibilidade de manipulação concretizava-se na apuração dos resultados, nos processos da totalização dos votos e da diplomação dos eleitos. Como a totalização era demorada, estendendo-se por dias ou semanas, os resultados poderiam ser adequados no caminho, num processo matemático das chamadas “contas a chegar”, garantindo determinado resultado final. Finalmente, existia ainda a possibilidade do não reconhecimento de candidatos oposicionistas que, porventura, conseguissem driblar todas estas barreiras e ganhar os votos suficientes para eleger-se. (1982, apud SPECK, 2003).

Depois desse entendimento das fraudes eleitorais da primeira república. Lancemos disposição ao sentido desse sistema político ser chamado coronelismo, conforme LEAL (1978) o sentido do vocábulo “ coronelismo” faz referências aos autênticos ou falsos “coronéis” que surgiram da extinção da Guarda Nacional e esses falsos “coronéis” que LEAL (1978) chama são os chefes locais que recebiam popularmente a titulação, por exemplo, poderia ser um fazendeiro rico, um advogado, um médico, ou seja, ser chamado de coronel no início da república estava ligado com o fato do poder econômico e político presente na figura do potentado. Recordando que essa Guarda Nacional já existia desde o império, sendo implementada pelo ministro da justiça Diogo Antônio Feijó, em 18 de agosto de 1831, no qual declarou também a extinção dos corpos de milícia e de guarda municipal. (LEAL, 1978). E sua criação foi pensada em “defender a constituição para auxiliar a manutenção da ordem, prevenir as revoltas, e para promover o policiamento

regional e local” (QUEIROS, 1969.p 163). Onde por quase um século cada município tinha um regimento da guarda (LEAL, 1978).

Na estrutura política coronelística os cabos eleitorais faziam-se presentes mediando o eleitorado do coronel. E o cabo eleitoral era escolhido por ser uma pessoa de confiança que pudesse representar os interesses dos coronéis na busca por votos e que possuísse um certo prestígio social perante os eleitores. No período das eleições o que se via mais, era a barganha do voto por benefícios. O voto detinha desde esse tempo seu poder de troca. Essa troca de voto intercorria principalmente entre a população desprovida de posses (QUEIROS, 1969). Desse modo, nas relações produzidas pelo coronel podemos avistar que para possuir e manter uma clientela os sujeitos políticos emanavam um certo prestígio econômico, político e social em comparação com os votantes. E que podiam garantir benefícios para seus amigos, familiares, e indivíduos abastados de poderes. Os benefícios, por exemplo, poderiam ser empregos, remédios e alimentação.

Depois da republica velha (1889-1930), damos entrada na Era Vargas (1930-1945) que durante 15 anos o Brasil foi governado por Getúlio Vargas por meio de um Golpe de Estado retirando do poder Washington Luís e impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes em 1930. Nesse período a atividade política de Vargas ficou conhecida como “populista”, em que segundo RASOTO (2009) o populismo foi “(...) uma política voltada as massas, mas com verdadeiros objetivos na manutenção de uma classe dominante” (p,25), essa dualidade e contradição no governo Vargas se deve ao fato de o Brasil passar por uma transição industrial que houve o deslocamento da população rural para os centros urbanos, assim começaram a surgir exigências políticas diferentes para os novos habitantes da área urbana, resumindo, houve grandes necessidade de responder as carências das massas, no entanto as respostas a essas carências escondiam faces burguesas (RASOTO, 2009). Esse termo “populismo” atualmente é bastante criticado por variados pesquisadores pela sua essência generalizadora, pois veria os personagens de diferentes tradições políticos por uma mesma característica (FERREIRA, 2013). Entretanto não vamos adentrar especificamente nesse assunto. Durante o governo provisório que ocorreu na Era Vargas, no ano de 1931 foram nomeados interventores federais para os estados, e essas nomeações fizeram fortalecer um “clientelismo de estado” em que as elites políticas novas e antigas se favoreciam das benesses do estado (SOUZA; KERBAUY; TRUZZI, 2003)

Com o fim da Era Vargas, o Brasil passou por um período chamado de experiência democrática que se inaugura no ano de 1946 com abertura de uma assembleia nacional constituinte e termina no ano de 1964 com a ditadura militar (FERREIRA, 2013). Dessa

abertura a uma constituinte no governo Dutra surgiu a Constituição de 1946, dando áreas democrático até a sua ruptura na ditadura militar, mas antes dessa ruptura o Brasil pode experimentar com essa constituição o voto secreto e direto nas eleições por um período de 19 anos, todavia, o clientelismo conforme MULLER (2018), perseverou-se, pois, os eleitores apesar de ganharem mando sobre os seus votos, os “(...) mantiveram seu voto como moeda de troca e fortaleciam ainda mais o poder das relações clientelistas” (MULLER, 2018.p 40).

Terminando essa experiência democrática no ano de 1964, o país entrou na ditadura militar de 1964 a 1985 (DELGADO, 2016; FERREIRA, 2013). Essa ditadura militar ocorrida em 1964 tinha como sistema governamental os atos institucionais que retiravam os direitos civis e políticos do povo brasileiro, em suma, os sujeitos que eram contra a ditadura sofriam repressões, censuras e prisões<sup>1</sup>. A Ditadura Militar durou vinte e um anos no Brasil, chegando o seu fim em 1985 com o primeiro Civil eleito, a saída da ditadura para a democracia ficou conhecida como um projeto de “distinção lenta, gradual e segura”, sendo iniciado pelo general-presidente da ditadura Ernesto Geisel (1974-1979) e continuada pela general-presidente João Figueiredo (1979-1985). Tivemos entre 1983 e 1984 campanhas pelas eleições diretas para presidente da república, as chamadas “Diretas Já! ”, e no meio desse movimento foi enviado uma proposta de emenda constitucional ao congresso nacional pelo Deputado Federal Dante de Oliveira, e sua proposta de emenda não foi aprovada (DUARTE, 2017; FERREIRA, 2018). No ano de 1987-1988 ocorreu a Assembleia Nacional Constituinte convocada no governo de José Sarney que assumiu no lugar de Tancredo Neves, primeiro civil eleito, mas que não tomou posse porque veio a falecer. Dessa ACN nasceu a constituição de 1988, dando início a redemocratização e se distanciando cada vez mais dos tempos autoritários.

Com a redemocratização de 1988, segundo Ferreira (2018) o povo brasileiro teve a sua participação na vida política ampliada e aprofundada, uma vez que a constituição de 88 contem inúmeros dispositivos que avançam a pratica democrática. E por conter esses dispositivos que avançam as práticas democráticas pensou-se que com as liberdades civis garantidas por essa constituição os cidadãos brasileiros ao usarem o seu voto não sofreriam

---

<sup>1</sup> Antes da Ditadura Militar o Brasil vivenciou, no ano de 1937, tempos autoritários no Estado Novo de Vargas. Nessa época os brasileiros sofreram censuras, a imprensa era controlada, os partidos políticos foram extintos, as casas legislativas foram fechadas, seja federal, municipal ou estadual (DELGADO, 2016), foram tempos em que o poder executivo não tinha o equilíbrio com outros poderes, e a autonomia legislativa estava paralisada. Por isso autores como Carvalho (2005) veem diferenças nesses períodos autoritários, uma seria a manutenção do funcionamento do congresso nacional e a outra as realizações das eleições no tempo da ditadura militar.

com o jogo político de troca de voto, em virtude de terem alcançado, conforme SPECK (2003) a sua independência eleitoral, já que o seu voto não seria mais alienado como na primeira república, teria mais informação e emancipação sobre o seu uso através do meio de comunicação. Entretanto, o que se notou foi uma nova relação entre candidatos e eleitores respaldada “em um sistema de trocas em condições assimétricas, tanto em relação aos atores envolvidos como aos objetos negociados” (SPECK,2003, p 155).

Desse modo, vimos que o clientelismo perpassou toda a história política brasileira, começando na colônia e perdurando até os dias hoje. O clientelismo que seguiu desde sua chegada não permaneceu o mesmo, foi se remodelando a cada forma de poder e governo vigente que encontrou em sua passagem. Conseqüentemente, o clientelismo efervesceu a disputa pelo voto no meio político, uma vez que um político poderia oferecer um benefício melhor que o do outro e ao fazer isso torna um cenário com práticas invasivas e exageradas sobre os eleitores. Dessa maneira, eleitores e políticos são os personagens de destaque nessa prática.

## **1.2 O poder local e o Clientelismo no Município**

O poder local tem seu protagonismo elevado com a constituição de 1988, após tornar os municípios entes federados, e ao torná-los entes federados seriam um órgão de poder dentro do arranjo federativo, onde teriam a capacidade de ter autonomia administrativa, política e financeira. A partir dessa autonomia, os municípios passaram a criar suas próprias leis, e serem organizados em dois poderes. Por esse fato, essa constituição de 1988, é conhecida pela descentralização política que aconteceu com a sua implementação. (KERBAUY,2001; 2005; MOURANO,2007; SANTIN e FAVRETTO, 2017).

Depois da implementação dessa constituição de 1988, encontramos no município duas formas de poderes, que são o poder executivo e o poder legislativo, em que respectivamente, um é representado pelo prefeito e vice-prefeito e outro pelos vereadores. Na qual devem funcionar, segundo essa CF/88, de formas harmônicas e independentes, em que os vereadores eleitos para ocuparem os cargos na Câmara Municipal, terão de fiscalizar as ações do poder executivo que está na Prefeitura Municipal.

E essa constituição de 1988, concedeu a oportunidade de os municípios criarem sua própria constituição, as chamadas Lei Orgânica Municipal, que redigem e organizam os municípios. De acordo com o artigo 29 da CF/88, a Lei Orgânica é elaborada e promulgada

pela Câmara Municipal, mas antes de tudo, o texto da Lei Orgânica tem que passar por uma votação em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e tem que ser aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, atendendo a princípios da própria CF/88 e do respectivo estado. Ainda neste artigo 29, essa constituição delega a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores em um mandato de quatro anos, feito por eleição simultânea e direta.

Mas o conceito de poder local é um assunto bastante discutido por levar as várias linhas de interpretação, igualmente o termo de clientelismo. Ribeiro (2012) destaca que o poder local tem um caráter sociológico que identifica esse poder na abrangência municipal, regional ou mais restritiva na de um bairro. Ou seja, esse poder não é automaticamente ligado na estrutura geográfica onde o sujeito político estar, mas na presença de poder que emana e é percebida por outro indivíduo. Posto isto, o poder local pode ultrapassar os limites territoriais de um município dependendo do comportamento político do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores, pois são corpos dos dois poderes que organizam o município.

Esse poder local é uma junção de situações que envolvem o cotidiano dos cidadãos. Sendo respondidas pelas relações sociais dos indivíduos na dinâmica da sociedade. Os sujeitos que fazem parte do poder local não são propriamente políticos por excelente (função no cargo), mas um acontecimento “(...) entre governo local e sociedade civil, nas quais, o princípio fundamental é a participação” (MACHADO; LACERDA, 2008. p 2). Em outras palavras é a participação dos sujeitos direta ou indireta nos assuntos políticos locais, por exemplo, assistindo as sessões da Câmara Municipal ou pedindo aos vereadores a fiscalização de ambientes reservados ao serviço público.

Agora, adentrando mais um pouco no poder legislativo uma vez que o estudo realizado analisa o comportamento dos vereadores que estão compondo esse poder, aja visto isso, se faz necessário falar mais sobre esse poder.

Segundo MOURANO (2007) o poder legislativo parte do princípio de separação do estado em três poderes com distintas funções elaborado por Montesquieu, que seria o poder executivo, legislativo e judiciário. “No Poder Executivo estão o Presidente, os Governadores e os Prefeitos. No Poder Judiciário estão os Ministros, Desembargadores e Juízes. E no Poder legislativo se encontram os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores” (FÉLIX E CHARGAS, 2017, p. 218).

Os vereadores na Câmara Municipal devem representar os interesses da população, pois cabe a eles fiscalizar o trabalho realizado pelo prefeito no município, e indicar as melhorias que precisam ser feitas nos municípios através de requerimentos, e podem fiscalizar através da criação de comissões para apurar fatos, e como podem convocar autoridades para depor nas sessões que acontecem na Câmara. Ainda é relegado aos vereadores, a elaboração de resoluções, leis ordinárias, emendas a lei Orgânicas e lei complementares. (FÉLIX E CHARGAS, 2017).

Seguindo a Lei nº 4.737, de 1965 que regulamenta o código eleitoral brasileiro, a eleição para a Câmara Municipal segue o sistema de representação proporcional em que para um vereador ser eleito precisa ser feito o cálculo do coeficiente eleitoral (divisão dos votos validos pelas vagas a serem preenchidas) para que esse coeficiente sirva de medida para o partido poder disputar a eleição e do coeficiente partidário (divisão do coeficiente eleitoral pelo número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas), para que as vagas sejam distribuídas pelo partido. De acordo com o código eleitoral poderão se candidatar a vereador o cidadão com idade mínima de 18 anos, alfabetizado, com nacionalidade brasileira, que tenha domicilio na cidade em que pretende concorrer, seja filiado a partido, mas essa filiação não pode ser fora do período de 6 (seis) meses antes da eleição, e tenha alistamento eleitoral.

A Câmara Municipal funciona a partir do Regimento Interno, lei interna da Câmara, na qual defini as atividades de cada órgão da Câmara e dos processos legislativos. Sendo aprovada por meio de resolução. Dos órgãos organizados pelo Regimento Interno na câmara são: a plenária, comissão, mesa diretora, bancada dos partidos, e os líderes que falam pela bancada (manual do vereador, 2005).

No texto dos autores SANTIN e FAVRETTO (2017) chamado “Poder Local, Participação Popular e Clientelismo”, há uma análise do poder local em que mesmo com a descentralização política ocorrida com a constituição de 1988, o clientelismo ainda existe no poder legislativo. Em que

Nos órgãos legislativos, os representantes desse “clientelismo” tornam-se meros intermediários de favores, de proteções de exigências frente ao grande poder dispensador de recursos e nomeações – o Executivo. Como consequência, a representação passa a ter um papel secundário – como se numa atitude de “desistência” – quanto a função legislativa. (BENEVIDES, 1991, apud SANTIN; FAVRETTO, 2017, p. 143).

Por essa ideia de Benevides apresentada por Santin e Favretto (2017), de que os órgãos legislativos seriam intermediadores de favores. Temos o autor Antônio Bezerra

(1999), que sintetiza a liberação de recursos federais realizadas por deputados e senados aos prefeitos. Essa liberação é feita levando em conta os estados e municípios que são eleitos, por essa questão os deputados e senadores federais fazem uma intermediação entre os pedidos de demandas de verbas dos prefeitos que são suas bases eleitorais para poder manter elas. No que a partir desses autores depreendemos que o poder legislativo pode se relacionar com o poder executivo, apesar de terem que funcionar de forma independente segundo a CF/88, essa relação aconteceria através do jogo político que seria o da barganha para manter o político que fizesse usos das práticas de natureza clientelistas em seus cargos. Com isso vemos que o clientelismo está também no poder legislativo federal.

E as relações que acontecem no meio político se dão por uma cultura política (PASE et al.,2012; BAQUERO,2003; SOUSA JR,2008; MULLER, 2018). Em que segundo MULLER (2018), a cultura política é um

Padrão de atitudes, orientações ou comportamentos individuais com relação à política (positivos ou não), compartilhados por membros de um sistema político. Engloba conhecimentos, crenças, ideais, sentimentos, valores, normas, atitudes e comportamentos dos indivíduos com relação a sua vida política nos mais variados contextos (MULLER, 2018, p. 29)

Desse modo, a partir dessas relações no meio político, autores como PASE, MULLER e MORAIS (2012) desenvolveram um trabalho que estuda o clientelismo nos municípios brasileiros. Com uma pesquisa empírica realizada em três municípios do Brasil, o de Arroio de Padre (RS), Morro Redondo (RS) e Piritini (RS) utilizando coletas de dados quantitativos por meio de um censo aplicados nos vereadores desses municípios. Essa pesquisa é baseada na cultura política e sendo por esses autores destacado o fenômeno político do clientelismo em seu trabalho. E no final de suas análises constataram que existe a influência do clientelismo na cultura política que marca a relação dos legisladores e cidadãos nos municípios. Também viram que os vereadores desses municípios alinhavam suas ações com o interesse próprio de obter a reeleição. Essas relações desses vereadores com os eleitores, aconteceram por meio de trocas de favores individuais, e por acessos diferenciados aos serviços públicos, no que tangem nas práticas clientelistas.

Por meio do conceito de cultura política entendemos que os comportamentos políticos são permeados de significados, padrões e crenças em determinados contextos políticos. Por isso alguns autores ao trabalhar o comportamento político utilizam a cultura para desenvolver o seu trabalho, como Karina Kuschnir (2000) que analisa a vida política dos vereadores da CM do Rio de Janeiro. Para essa autora que se utiliza da ideia de cultura trabalhada por Geertz, “de

que toda política é ação simbólica” (KUSCHNIR, 2000, p. 10). Nessa perspectiva, KUSCHNIR (2000) busca os valores e regras que está na vida políticas desses vereadores.

Ainda por esse estudo de Karina Kuschnir, encontramos o termo Broker, que seria um mediador. Para KUSCHNIR (2000, p. 9).

o papel social dos vereadores está, em muitos casos, diretamente vinculado a sua capacidade de mediar trocas em diferentes níveis da sociedade que são também diferentes níveis de cultura, com código e valores distintos. Dentro do Legislativo, cada vereador é ele próprio um representante dessas diferenças.

Por esse sentido entendemos que os vereadores podem ter relações além do legislativo com os próprios vereadores, mas também com o poder executivo, por terem a capacidade de mediar trocas em diferentes níveis da sociedade, e se mediam trocas em diferentes níveis, mediam em distintos poderes. E seguindo essa perspectiva temos o trabalho de Felix Lopez (2004) realizado no município de Araruama que fica na região Serrana do Rio de Janeiro, e feita durante o período eleitoral da eleição do ano de 2000. Onde o autor identificou que “apoiar” o executivo pode ter diversos significados, como votar nas matérias de autoria do poder executivo encaminhadas ao legislativo; não falar mal do governo publicamente, seja em plenárias ou órgãos da imprensa local. E em troca desse apoio ao executivo, o vereador tem a possibilidade de 1) dispor de uma cota de nomeações de pessoas em cargos públicos, 2) ver parte de suas indicações atendidas pelo prefeito, 3) não sofrer restrições no seu acesso as secretarias da administração e 4) ver seu nome vinculado as obras realizadas em seu reduto. (LOPEZ, 2004). Com isso vemos que “dar apoio ao prefeito significa ter acesso aos recursos indispensáveis para a atividade cotidiana do vereador, para o seu trabalho de atendimento”. (LOPEZ, 2004, p. 171).

Pelos estudos de BEZERRA (1999) e LOPEZ (2004) identificamos que o clientelismo acontece também no legislativo federal. A partir disso, depreendemos que o clientelismo não é um fenômeno inerente ao município, acontecendo em outros setores do governo. Uns dos motivos de se pensar que o clientelismo estaria acontecendo de um modo predominante nos municípios, seria da associação do passado em que se originou no país. Assim, o cidadão que queira explicar o clientelismo transborda elementos do passado para explica-lo, como já foi abordado por MULLER (2018) o clientelismo existe independentemente das características demográficas e socioeconômicas dos eleitores. Uma

vez que segundo MULLER (2018) é comum pensarmos que o clientelismo seria mais “forte” em municípios “pequenos” e com população com baixo estudo e renda.

Desse modo, conhecemos que o clientelismo atravessa diferentes poderes. E que se dá também de modo distinto pelos sujeitos políticos (eleitor e político). Pelo fato disso, não podemos afirmar que todas as ações políticas são movidas pelo clientelismo, uma vez que cada sujeito político tem seu valor e disposição em relação à política. Ou seja, o trabalho não busca difundir que todos os políticos de todos os municípios façam uso das práticas clientelistas. Dessa forma, as práticas vistas no decorrer do trabalho somente falaram sobre os vereadores do município.

## CAPITULO 2

### O MUNICÍPIO DE CAMETÁ E A CÂMARA DOS VEREADORES

Neste capítulo, pretende-se apresentar o município de Cametá e a Câmara dos vereadores do município. Mostrando as mudanças que aconteceram nesse período das cinco legislaturas, mencionando os fatos mais importantes que foram acometidos por elas.

Desse modo, o segundo capítulo aborda em tópicos o Município de Cametá, a Câmara Municipal de Cametá, os vereadores que entraram na CM no período legislativo de 2001 a 2019, e sobre o número de cadeiras disponíveis para o Cargo de vereador no município entre o período eleitoral de 2000 a 2016.

#### 2.1- O Município de Cametá

O município de Cametá fica no estado do Pará<sup>2</sup>, sendo fundado em 24 de dezembro de 1635, tem uma população estimada com 137.890 habitantes (IBGE,2019), sendo que 47.984 encontram-se na zona urbana e 62.339 na zona rural (IBGE,2010). Possui uma área territorial de 3.081,367 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 39,23 hab/km<sup>2</sup>, apresenta um PIB per capita de 8.576,62 R\$, e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,577, de acordo com o (IBGE,2010). A geografia é bastante diversificada tendo áreas com terra firme e outras áreas com ilhas, apresentando cerca de noventa ilhas que estão emaranhadas por braços de rios e igarapés<sup>3</sup>. Estando territorialmente dividido em 10 distritos<sup>4</sup> em que sua organização política-administrativa é subordinada pela sede, a cidade de Cametá, cada um desses distritos tem um agente distrital nomeados pelo prefeito municipal. Tendo como principal base econômica a produção do açaí, da farinha e da pesca artesanal.

O município de Cametá tem um número de 92.546 eleitores, conta apenas com uma zona eleitoral, chamada 12<sup>a</sup> ZE, dividida entre seções, no entanto, as quantidades das seções podem variar a cada período eleitoral por dependerem do comparecimento do público eleitor. Esses eleitores participam de eleições presidenciais, estaduais e municipais a cada quatro anos, e o

---

<sup>2</sup>De acordo com BARROS (2007, p. 23) “Cametá é o sétimo município mais populoso do estado do Pará, está limitado com os municípios de Limoeiro do Ajuru- ao norte; Mocajuba- ao sul; Igarapé Miri- a leste e Oeiras do Pará- a oeste”.

<sup>3</sup> Segundo o FAPESPA, o rio Tocantins é o de maior importância, existem, entretanto, rios independentes e paralelos ao rio Tocantins, tais como: Mupi, Cupijó e Anauerá, este determinando o limite natural, a Oeste, entre Cametá e Oeiras do Pará. Na porção oriental do seu território, destacam-se o rio Cagi, limite Leste com Igarapé-Miri e, à Sudeste, o rio Tambaí limitando este Município com Mocajuba

<sup>4</sup> São distritos de Cametá: Joana Coeli, Curuçambaba, Carapajó, Moiraba, Nossa senhora do Carmo, Areião, Juaba, Torres e Porto Grande.

seu voto, sobretudo, os votos validos (excluídos os votos brancos e nulos) são contados para o processo eleitoral, que podem ser majoritários ou proporcionais.

Nos dias de Hoje, Cametá esta sobe o governo do prefeito Waldoli Valente, e do vice-prefeito José Luís Ferreira, sendo que Waldoli tem 4 mandatos como prefeito, um como deputado estadual, um como vereador, e já foi vice-prefeito no governo de Alberto Mória Mocbel<sup>56</sup>, e seu vice José Luís teve 3 mandatos como vereador no município<sup>7</sup>.

## 2.2 -A Câmara Municipal de Cametá

A Câmara de Cametá tem o nome Palácio Deputado Nelson Parijós<sup>8</sup>, as sessões ordinárias ocorrem na quarta-feira e na quinta-feira, com início às 17:00 hrs e termino 20:00 hrs, nos dias de sessões o funcionamento ocorre em dois turnos, em dias que não acontece funciona somente pela parte da manhã, das 08:00 hrs as 13:00 hrs. A CM de Cametá, esteve em de 3 luares diferente. Primeiro a CM ocupou o espaço da antiga usina de eletricidade da cidade, que hoje funciona como Museu Histórico de Cametá, e devido ser um espaço pequeno para a plateia a CM trocou desse lugar. Depois de trocar desse lugar foi para o antigo Centro de Cultura por ser maior, mais como a sua estrutura estava-se deteriorando, foi construído um prédio ao lado do Banco do Brasil para realizar seu funcionamento, encontrando –se ao lado desse Banco até hoje, por isso a câmara municipal encontra-se na rua treze de maio,3083-Bairro central, ao lado desse Banco.

Essa Câmara está sobre o regulamento da lei orgânica e do regimento interno, onde são dispostos e designados os deveres do poder legislativo, e por essas medidas os vereadores terão um mandato com duração de quatro anos, poderão fiscalizar as ações do poder executivo, criar leis, projetos, emendas a lei orgânica, as leis completares, as leis ordinárias e as resoluções, também são analisados e aprovados pela Câmara o plano plurianual, as leis de diretrizes orçamentarias e a lei orçamentária anual. Entre os vereadores ficar a cargo eleger a mesa diretora que terá um mandato de dois anos, sendo composta por um presidente e dois secretários. A sua estrutura está organizada em uma plenária, uma mesa diretora, uma

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://prefeituradecameta.pa.gov.br/o-governo/prefeito/>

<sup>6</sup> Alberto Mória Mocbel foi um advogado que construiu sua carreira como prefeito no município, foi padrinho político de seu neto Jorge Mocbel na sua candidatura como vereador

<sup>7</sup> O vereador José Luís teve sua última legislatura no município no período (2013-2016), todavia quando terminou essa legislatura foi convidado a participa como vice-prefeito na eleição municipal de 2016, fazendo chapa com o atual prefeito do município Waldoli Vatente..

<sup>8</sup> Nelson da Silva Parijós foi um deputado federal cametaense entre os anos de 1946-1959. Durante o Governo de José Malcher (1935-1937) ocupou o cargo de prefeito em Cametá. Os ex-deputados estaduais do Pará Rui Parijós e Max Parijós são seus filhos, sendo que Rui Parijós já foi prefeito de Cametá (1955-1959). Nelson Parijós faleceu no dia 5 de janeiro de 1970 no município.

presidência, comissões permanentes, temporárias e especiais, contador, administrador, assessoria jurídica, departamentos administrativos, financeiros e de recursos humanos, seções de patrimônios, controle interno, atas, arquivo, informação ao cidadão e a de telefonia, recepção e protocolo. Desde a eleição de 2012, passou a ter o número de quinze vereadores fixados por uma emenda à lei orgânica feita pela legislatura 2009-2012, desde a publicação dessa resolução a casa que contava com onze legisladores, admitiu ter quinze. Nos dias de hoje está na sua 18<sup>o</sup> legislatura, a sua mesa diretora tem como presidente o vereador Emerson Viana (PT) que possui três mandatos, o vereador Ênio de Carvalho (PMN) como primeiro secretário e a vereadora M<sup>a</sup> Wanderléia Camarinha (DEM), segunda secretaria, os dois estão em seus primeiros mandatos.

### 2.3 - Os vereadores que entraram na Câmara Municipal de Cametá no período legislativo de 2001 a 2019

Este tópico foi feito com o propósito de esclarecer quais foram os vereadores que frequentaram a Câmara do município nesse período. E mostrar além disso, o caso de três vereadores que sofreram processo de perda de cargo eletivo no último ano de mandato, onde que por essa perda de cargo os seus suplentes assumiram o restante do mandato desses vereadores. E esses momentos foram explicados por tabelas feitas a partir dos resultados das eleições municipais de Cametá disponibilizados pelo TSE e TRE-PA.

1- Tabela: Vereadores que frequentaram a Câmara Municipal de Cametá durante as cinco legislaturas

	Nome dos vereadores	Num. de legislaturas entre o período de 2001/2019	Período das legislaturas	Partidos em que se elegeram
1	Vereador 1	3	2001-2004, 2005-2008, 2017-2020	PT, PT, PT
2	Vereador 2	3	2009-2012, 2013-2016, 2017-2020	PCdoB, PCdoB, PCdoB
3	Vereador 3	5	2001-2004, 2005-2008, 2009-2012, 2013-2016, 2017-2020	PSDB, PDT, DEM, PSD, PDS
4	Vereador 4	3	2001-2004, 2005-2008, 2013-2016	PP, PP, PMDB
5	Vereador 5	3	2001-2004, 2009-2012, 2013-2016	PSDB, PSC, PSDB

6	Vereador 6	2	2001-2004, 2005-2008	PT, PT
7	Vereador 7	3	2001-2004, 2005-2008, 2009-2012	PDT, PFL, DEM
8	Vereador 8	2	2001-2004, 2005-2008	PT, PT
9	Vereador 9	1	2001-2004	PTB
10	Vereador 10	3	2001-2004, 2005-2008, 2013-2016	PT, PT, PT
11	Vereador 11	3	2001-2004, 2009-2012, 2013-2016. No ano de 2008 assumiu o cargo de vereador por ser suplente	PP, PR, PP. Suplente do PP
12	Vereador 12	1	2001-2004. No ano de 2008 assumiu o cargo de vereador por ser suplente	PP. Suplente do PP
13	Vereador 13	3	2001-2004, 2009-2012, 2013-2016	PSDB, PSD, PSDB
14	Vereador 14	1	2001-2004	PT
15	Vereador 15	1	2001-2004	PDT
16	Vereador 16	1	2001-2004	PTB
17	Vereador 17	1	2005-2008	PMDB
18	Vereador 18	1	2005-2008	PP
19	Vereador 19	1	2005-2008	PMDB
20	Vereador 20	1	2005-2008	PT
21	Vereador 21	1	2009-2012	PT
22	Vereador 22	2	2009-2012, 2013-2016	DEM, PSD
23	Vereador 23	1	2009-2012	DEM
24	Vereador 24	1	2009-2012	PT
25	Vereador 25	1	2009-2012	PMDB
26	Vereador 26	2	2013-2016, 2017-2020	PT, PT
27	Vereador 27	1	2013-2016	PT
28	Vereador 28	1	2013-2016	PT
29	Vereador 29	2	2013-2016, 2017-2020	PT, PT
30	Vereador 30	1	2013-2016	PP
31	Vereador 31	1	2013-2016	PMDB
32	Vereador 32	1	2013-2016	PMDB
33	Vereador 33	1	2017-2020	DEM
34	Vereador 34	1	2017-2020	PSDB
35	Vereador 35	1	2017-2020	PT
36	Vereador 36	1	2017-2020	PR
37	Vereador 37	1	2017-2020	PSC
38	Vereador 38	1	2017-2020	PDT

39	Vereador 39	1	2017-2020	PV
40	Vereador 40	1	2017-2020	DEM
41	Vereador 41	1	2017-2020	PMN
42	Vereador 42	1	2017-2020	PTB
43	Vereador 43	Não foi eleita, mas ocupou o cargo	No ano de 2008 assumiu o cargo de vereador por ser suplente	Suplente do Partido PMDB

Fonte: TRE-PA, TSE e autora.

A CM de Cametá teve um número de 43 vereadores entre 2001 e 2019, em que entre esses legisladores, três deles assumiram o cargo por serem suplentes de legisladores que perderam o cargo, como observado na tabela 1 acima. A partir dos processos N° 2043, N° 2087 e N° 2071, é importante mencionar que os três vereadores que sofreram processo de perda de cargo eletivo tiveram, dois desses três processos solicitados pelos vereadores suplentes, onde só um foi solicitado pelo partido. E nesses processos foram acusados pelos requerentes de infidelidade partidária. Sendo os três julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará em sessões diferentes. Onde os três acusados alegavam nessas sessões que por divergências ideológicas saíram de seus partidos, uma vez que esses acusados relatavam que o presidente do Diretório Regional de seus partidos teria se aproximado do Partido dos Trabalhadores-PT para uma possível composição política, e por não apoiarem sofreriam retaliação dos colegas de partido. Fato esse que chama a atenção, pois os três alegavam essa aproximação com o PT, com isso podemos presumir que para tentar fugir da desfiliação partidária sem justa causa, alegavam isso.

Durante essa pesquisa sobre os vereadores que frequentaram a CM de Cametá entre 2001 a 2019 percebemos que alguns desses vereadores tem seus nomes associados com a sua profissão no município ou com seu local de trabalho. Por causa desse tipo de situação ocorrida na política, a autora Karina Kuschnir escreveu em seu livro “Eleições e representações no Rio de Janeiro” sobre as diferentes estratégias que um candidato pode fazer para ganhar ou manter uma reeleição. Sendo por ela enxergado que os vereadores do Rio de Janeiro ao participarem de uma eleição usam expressões em sua campanha que atraia o público eleitor. Em que segundo KUSHNIR (2000) os vereadores podem usar alguns bordões que lembrem o seu lugar de origem como forma de ter algo em comum com o eleitor. Fazendo que “a ideia de pertencimento crie uma identidade candidato-eleitor” (KUSHNIR,

2000, p 24). Dessa forma, os legisladores de Cametá podem usar o seu nome correlacionado com a sua profissão ou local de trabalho para criar uma proximidade com o eleitor. Ou até mesmo, por ser lembrado e identificado pelo povo.

### **3.4-O número de cadeiras disponíveis para o Cargo de vereador no município entre 2000 a 2016**

E não dá para falar sobre as legislaturas, sem falar das eleições que participaram. Na tabela abaixo será possível observar o número de candidatos a vereadores que concorreram no pleito eleitoral de 2000 a 2016. Assim, como o número de suplentes e os eleitos por vaga.

Tabela 2- Candidatos ao cargo de vereador da Câmara Municipal de Cametá/PA entre o período eleitoral de 2000 e 2016

Ano	Cargo	Nº de Candidatos	Eleitos	Suplentes	Cadeiras disponíveis
2000	Vereador	152	15	99	15
2004	Vereador	119	11	75	11
2008	Vereador	110	11	64	11
2012	Vereador	163	15	78	15
2016	Vereador	153	15	108	15

Fonte: TSE, TRE-PA e Autora

Na eleição de 2000 o número de cadeiras disponíveis para o cargo de vereador era 15, mas nas eleições seguintes a de 2004 e 2008 o número de cadeiras passar a ser 11, como observado na tabela 2. Isso aconteceu porque os vereadores da legislatura 2001-2004, entraram com uma resolução para modifica esse número. Mas isso não durou muito tempo, pois a legislatura 2009-2012, fizeram uma emenda à Lei Orgânica no ano de 2011 para modificar esse número de cadeiras disponíveis no cargo de vereador.

É importante ressaltar que nessa época Cametá vivenciou dois governos do PT e um do antigo PFL, e dois do DEM (Em 2007, PFL passou a se chama DEM). Esses partidos ideologicamente são distintos, PT é da esquerda política e DEM continua com mesma ideologia do PFL que é a de centro-direita da política brasileira. No ano de 2015 temos o prefeito da cidade de Cametá sendo cassado e afastado por improbidade administrativa,

todavia, volta ao poder com inúmeras licitações apresentadas. Esse prefeito afastado e que voltou ao poder executivo do município já foi vereador de Cametá no ano de 2008, com 5,19% dos votos, fazendo parte da legislatura 2009-2012, se candidatou ao cargo de prefeito na eleição municipal de Cametá que ocorreu em 2012, e foi eleito com 58,719% dos votos. Tornando-se o único vereador desse período que se tornou na eleição seguinte prefeito do município. Na última eleição municipal que ocorreu no ano de 2016 tentou a reeleição, entretanto, por enfrentar altos índices de rejeição do povo não conseguiu se reeleger. Nessa eleição de 2016 quem obteve a vitória foi o antigo prefeito que já esteve no cargo mais de quatro vezes, sendo eleito com 44,9 % dos votos, com a legenda partidária do DEM.

## **CAPITULO 3**

### **CLIENTELISMO E OS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ**

Assim, como foi visto no capítulo 1, entendemos que a política no âmbito municipal tem suas relações de competitividade e apoio político como no âmbito estadual e federal. Essas relações que acontecem no município, precisamente no poder legislativo podem acontecer por relações clientelistas. E o sentido de clientelismo será a troca ocorrida entre os sujeitos políticos do município de Cametá, neste caso os vereadores da Câmara Municipal de Cametá. No qual será notado as relações desses vereadores com o executivo, com seus eleitores e com seus assessores. Dessa maneira, o enfoque do comportamento político dos vereadores estará centralizado em três legisladores que participam do período legislativo de (2001-2019). Tendo em mente a ênfase desse comportamento político dos três vereadores da Câmara Municipal de Cametá, foram buscadas informações que elucidasse a entrada deles na política local, para isso foram feitas entrevistas com pessoas que conviveram com eles nesse momento e com os próprios vereadores que foram estudados, no entanto somente um vereador estudado não concedeu entrevista.

Ainda para compor a análise do comportamento dos três vereadores na política local foram examinados os resultados das eleições municipais por seções para descobrir o reduto eleitoral. As seções investigadas compreenderam o período eleitoral de 2000 a 2016, em que contabiliza 834 seções. Desse modo construiremos um perfil político dos três legisladores, na qual identificaremos o motivo de sua entrada na política, bem como a razão de quererem continuar, o papel dos seus assessores, e como as práticas clientelistas podem estar presentes em seus comportamentos políticos.

A seguir analisaremos a trajetória política dos três vereadores para chegar na Câmara Municipal de Cametá. Onde o primeiro a ser analisado é o vereador 1, depois o vereador 2, e por fim o vereador 3.

#### **3.1 A Trajetória Política do Vereador 1**

Começando pelo vereador 1. O seu trajeto até a CM, será traçado por entrevista com uma ex-assessor que trabalhou a 8 anos ao lado do vereador. E além de ter trabalhado ao seu lado, esse entrevistado também participou da trajetória do vereador para entrar na CM, uma vez que mora na mesma localidade que o vereador, e sendo uns dos seus amigos

de infância e Juventude. E essa pessoa será chamada de informante<sup>1</sup>. Além dessa entrevista foi realizada uma entrevista com o próprio vereador, para conhecer o próprio sujeito estudado.

Para chegar a CM de Cametá o vereador teve que se candidatar por várias eleições. Na qual a primeira eleição que participou foi a do ano de 1988, em que não foi eleito. Assim desde essa eleição, continuou se candidatando até ser eleito, no ano de 2000 como legislador. Mas antes disso sua trajetória política vai começar no ano de 1982:

Hoje o vereador, te falo um pouco dessa trajetória dele para poder chegar a vivenciar esse momento que ele está passando, esse bom momento que ele está passando como vereador no município, bom pelo fato dele ser hoje uma liderança. Parlamentar no município, mas por outro lado não muito boa porque estamos vivendo uma realidade muito difícil no sistema político brasileiro, mas para chegar isso aí (na câmara municipal) teve início lá pelos anos de 1982, onde essa região onde ele mora (Pacuí), nós morávamos! E eu morava lá também, continuo morando próximo. Aí a gente viveu a crise que ficou conhecida internacionalmente chamada a crise da barragem. Hoje quando a gente conta esse fato da crise da barragem é muito simples porque passa a ser uma história, neh! Mas para quem vivenciou esse momento lá, foi muito grave porque foi um período que pegou a população de surpresa, porque naquele momento o rio era muito farto tinha muito peixe, é tinha muito ...tinha como sobreviver lá, então a população não tinha muita preocupação em estudar, e entendia que a fonte de sobrevivência era muito farta naquele período. E o fechamento da barragem de Tucuruí pegou de surpresa sim! Porque foi muito rápido, a partir de que a barragem se fechou também o peixe sumiu! (...) foi aí que a nossa luta se integrou pela crise da barragem, e também se filiamos ao partido dos trabalhadores, e a gente prossegui a luta intensamente (informante<sup>1</sup>)

A crise que o entrevistado fala, são os impactos sociais e ambientais que foram causadas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. E que começaram a ser sentidas pela população de Pacuí, em 1982. No que relava Tavares e Dias (2014) que os problemas socioambientais que aconteceram em Pacuí são resultados, além da construção dessa Hidrelétrica na década de 80, como também da pesca predatória, em que a partir desse contexto histórico o acordo de pesca foi introduzido nessa região.

Ainda sobre os impactos na vida da população que estava em Pacuí naquele tempo. Em um documento produzido<sup>9</sup> pelo informante 1, está descrito um pouco sobre o histórico da ilha de Pacuí, em que menciona nesse documento que para sobreviver algumas famílias migraram para a cidade de Belém, Cametá e Mocajuba, e as famílias que foram para Mocajuba tentaram a sorte no cultivo da pimenta. E na fala do informante 1 a seguir, pode ser percebida a proliferação de doenças na Ilha de Pacuí por causa usina.

---

<sup>9</sup> É um documento simples, de duas folhas. E está assinado por ele, nesse documento contém dados da população da ilha de Pacuí, na qual é estimada em 1.200 habitantes. Fala sobre os efeitos causados com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, e como as instituições religiosas tem uma presença muito forte nessa região.

O que migrou para outra região migrou, o que foi destruído foi destruído, a gente ficou sem fonte de renda. Ai a partir dessa data (1982) o povo ficou sem a sua principal fonte de renda porque 90% da população lá do Pacuí é pescador, e continua sendo hoje. Ai houve a crise doença, muita cólera, é muita febre, todo quanto é tipo de doença (informante1)

Os efeitos dessa crise, não acabaram só nisso. A comunidade cristã que está instalada durante décadas em Pacuí, sentiu os efeitos dessa crise. Lembrando que a comunidade cristã da Ilha de Pacuí, é a antiga Irmandade da Santíssima Trindade que já existia por mais de século na localidade, e que em 1969 adequou-se ao sistema de Comunidade cristã, determinado pela prelazia de Cametá. Na qual por essa crise o seu sistema religioso ficou abalado, em meio a isso, o vereador, tornou-se uma liderança política na comunidade participando de movimentos sociais, que aconteciam na Igreja e nos sindicatos. Como já foi mencionado pelo informante, essa luta ficou mais intensa quando se filiaram ao Partidos dos Trabalhadores. Primeiro, vamos entender um pedaço dessa história da Comunidade Cristã contada pelo informante, para depois conhecemos como essa relação do vereador com a igreja o proporcionou a sua elevação como sujeito político. No relato abaixo, é percebida a força da comunidade cristã em Pacuí.

isso (...) abalou o sistema religioso, Pacuí sempre foi muito forte nessa questão religiosa, tanto é lá tem uma comunidade cristã, no Pacuí de cima, que tá hoje completando 50 anos, ela se transformou de irmandade para comunidade, como ela já era uma irmandade centenária em 1969 ela se transformou em comunidade cristã, ela fazia um trabalho muito grande, e também a comunidade de Pacuí de baixo, que se fundou em 1973, tinha também lá uma estrutura muito forte no sentido pastoral (...).(Informante 1)

E esse informante comenta a seguir como foi esse envolvimento do vereador com a igreja. Em que é avistado como deu-se a entrada deles nos movimentos sociais, pois os dois trabalharam juntos para conseguir ter acesso ao poder local.

Para chegar a esse momento foi a parceria, ou seja, foi o incentivo da igreja católica naquele momento. E foi muito forte. Criou-se as frentes da igreja progressista, onde a gente passou a se integrar. A igreja abriu as portas para a gente. Dentro de sua linha pastoral havia alguns segmentos que falavam sobre movimentos sociais mesmo. Era “Pastoral da Terra”, “Pastoral do sindicato”, “Pastoral da Saúde”, aí a gente buscou de se integrar nessas pastorais para poder desenvolver um trabalho, assim como para se chegar melhor no atendimento de saúde, como para a gente poder se integrar no movimento para defender a posse da terra junto ao sindicato, como a gente poderia se integrar para poder desenvolver a pastoral da criança, que eram as mais afetadas naquele momento. Aí, tudo isso aqui, indicava como a participação política, porque a gente entendia e revelava para a população no nosso plano de campanha que a hora que tivesse parlamentares comprometidos na Câmara Municipal, a gente poderia ter melhoria na saúde porque esse parlamentar, ia ficar vigilante nas verbas da saúde, a gente também era convicto de que se elege-se um parlamentar comprometido a gente ia ter vigilância e fiscalização no dinheiro

população, que vinha nas demais melhorias, como transporte escolar, que hoje é um fato. Ia ter mais melhorias na merenda escolar, ta um pouco melhor, a gente ia ter melhorias no salário do professor que também esse parlamentar que a gente sonhava, ia fazer essas interferências lá. (...). Quando a política é de forma organizada, elevando o nível de consciência, de conhecimento do eleitor, ele vai acreditar, que ele com suas lutas ele é capaz de melhorar saúde, porque ele vai colocar de forma consciente alguém lá no parlamento que vai lutar por isso, pela saúde que ele precisa, ele também é consciente de que ele vai com sua luta com o seu conhecimento, ele vai eleger pessoas que vai lutar lá no parlamento por melhorias na educação. E foi essa linha que nós traçamos, foi uma linha de conscientização, de politização das pessoas que precisavam naquele momento de todos os benefícios que tem hoje, então por isso a gente considera que a luta do vereador, para chegar ao parlamento municipal foi uma luta vitoriosa, muito sofrida, mas foi vitoriosa pelo fato de que todos os anúncios que a gente fazia, os sonhos que a gente tinha estão sendo concluídos. (Informante 1)

A união do vereador com essa instituição religiosa e sindicatos, como o Partido dos Trabalhadores foram de suma importância para concretizar a sua carreira política até a CM de Cametá. Em que na tese elabora por Sabrina Ribeiro chamada “ Dinastias Políticas e Poder Local: O caso do Município de Arcos-MG”. RIBEIRO (2012) nessa tese demonstra que os políticos arcoenses novatos que não tenham parentesco com família de tradição política, e que não tenha alianças com pessoas e com instituições ligadas ao poder político, a sua entrada na política seria inviável. Pois, para RIBEIRO (2012) o capital político concede vantagem sobre os outros candidatos. “O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem à uma pessoa-ou à um objeto-os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 2010, p. 188, apud RIBEIRO, 2012, p. 21). Ou seja, sem o capital político proporcionado pela instituição religiosa e pelo Partido que o vereador se correlacionou. O acesso ao poder legislativo local seria mais complicado, pois, com a Igreja progressista com a qual juntou-se teve a oportunidade de participar das pastorais criadas por ela. E quando filia-se ao PT, começa a fazer parte de suas pautas políticas. Tornando-se assim, naquele tempo cada vez mais uma liderança política conhecida pelo povo da ilha de Pacuí, e de outras localidades do município cametaense.

E a sua relação com igreja ainda é mencionada pelo vereador em um encontro que teve na Vila do Juaba. Em que as pessoas daquela época não acreditavam que religião e política poderia acontecer:

(...) eu participei do encontro em 82 na vila de Juaba, e onde o tema lá era políticas públicas, uma ligação da religião da igreja com a política. Que a gente naquela época, eles pensavam que religião não tinha que se envolver com a política, com política sociais, e então mas depois a igreja compreendeu que ela tinha que preparar pessoas para

ir pra política, pra ser diferente, pra levar a reivindicação da população e fazer soar dentro do parlamento, no executivo pra que realmente essas proposta se tornassem leis e virasse políticas públicas e então quando foi em 88, por conta da minha atuação, do desenvolvimento, que eu sempre gostei de ta no meio do povo as ações que eu fazia, na comunidade eu então fui convidado pra ser candidato pela primeira vez em 88( vereador 1)

Como já foi mencionado pelo vereador acima. No ano de 1988, é a primeira vez que candidata-se ao cargo de vereador no município. Mas antes disso, teve uma seleção na comunidade de Pacuí para escolher quem se candidataria ao cargo:

Já em 1988 a gente participou pela primeira vez da eleição municipal, que teve todo uma prévia. O (nome do vereador) para ser candidato a vereador, ele teve que disputar internamente, passar por um seletivo lá, entre e o companheiro Ernestino Wanzeler, e ele superou o Ernestino Wanzeler que era da comunidade de Pacuí de baixo, apenas pela diferença de um voto, um voto fez ele ser pré-candidato a vereador. Participou da eleição em 1988, adquiriu 125 votos, a gente já condenava esse processo eleitoral junto com o (nome do vereador), de lá a gente não abandonou a luta, em 1992 ele participou segunda vez da eleição tendo 135 votos, com o resultado da eleição não se elegeu também (...). Em 1996, quando o (nome do vereador) participou da terceira eleição ele teve 375 votos (...). Já no ano de 2000 (nome do vereador) foi eleito 672 votos esse é o histórico para a chegada a câmara municipal. Em 2004, também foi reeleito com 1.170 votos. Em 2008 ele perdeu a eleição por conta da entrada do senhor Iracio de Freitas, que concorria a eleição que foi eleito, como aqui (colônia dos pescadores Z-16) se misturou muito a campanha do Iracio, e do (nome do vereador). O (nome do vereador) perdeu a eleição de 2008, voltou a concorrer em 2012, mas não conseguiu se eleger por problemas internos que ele tinha saído da tendência e foi para outra tendência, porque o PT aqui é dividido em tendência, então ele participava da tendência unidade da luta, aí ele saiu e foi para a tendência democracia socialista, e lá não teve o apoio necessário para ele ser eleito e perdeu apoio junto a base unidade da luta, aí ele não se elegeu. Já em 2016 ele voltou a concorrer, e se elegeu porque ele retornou à tendência unidade na luta. (Informante 1).

O informante revela que na comunidade de Pacuí, existiam candidatos que a frequentavam com o intuito de persuadir os votos dos eleitores que viviam nessa região:

Então isso é fato, já do outro lado a gente tinha embate com os candidatos que tinham poder aquisitivo muito grande, que fazia uma política diferente, eles chegavam na localidade se aliavam com aquelas pessoas que tinham interferência na comunidade. Ai a eles, eles davam aquela “gratificação”, e para compensar essa “gratificação” que eles deram, que seria uma cesta básica, alguma coisa ali alimentícia, conserva, alguns materiais de trabalho como terçado, machado. Algumas coisas nesse sentido eles levavam, e lá eles davam para alguém, para compensar esse “presente” eles conseguiam articular, ou seja, manipular pessoas para votar no determinado candidato que davam o “presente”. (Informante 1)

Por esse relato presumimos, de como acontece as disputas políticas na comunidade de Pacuí. Seguindo a ideia do relato, entendemos que o candidato procurava a pessoa que tem a maior influência sobre os habitantes para poder conseguir votos para a sua eleição. E essa pessoa mais influente que o candidato encontrava fazia uma aliança em troca bens materiais, e por causa desse ganho material, conseguia votantes para o candidato. Com isso, conhecemos como acontece as relações clientelísticas na região.

E depois de entrar para CM de Cameté o vereador e o informante relatam que as pessoas que vem procurar o vereador em seu gabinete vêm resolver problemas, como compra de remédio, encaminhamento e transferência de professores. E o próprio vereador revela que as pessoas que vem a procura dele, são as que vivem no interior do município:

Aqui é o seguinte as pessoas que me procuram principalmente da base que eu trabalho, ele procura assim que quando eles estão aperreado numa situação de saúde, as vezes não tem o dinheiro pra comprar remédio, mandar fazer um exame, um encaminhamento pra Belém que não sabe, como ele é humilde as vezes não sabe como fazer isso tramitar as vezes também vem essas pessoas mas a maioria vem que é pra gente combinar as nossas discussões, com associações, com a comunidade, com o grupos que temos que cuida essa questão da energia, nosso trabalhadores rurais, os pescadores, mas é um povo que trabalha de forma organizada comigo, que vem sempre pedir informação, que vem me convidar pra participar de reunião. (Vereador 1)

Transferência néh, ele já trabalhou, alguma coisa a gente fazia quando era muito necessário. (Informante 1)

Agora depois de ele ser vereador isso funciona sabe não tem jeito neh! O camarada que a ajuda a gente quando precisa a gente precisa ele ta junto, e tal como quando ele precisar, é até um crime tu virar as costas, ver um companheiro assim que me ajuda tanto, dizendo olha! (nome do informante) eu to precisando disso aqui, tu tem como me ajudar, eu não vou dizer não! Não tem como eu dizer não só se eu não tiver nenhuma condição. Também, agora um caso do ( nome do vereador) chega muito pedido de remédio, pessoas que vão fazer a roça, digamos o camarada vai fazer a roça dele, ele não tem aquele chamado convidado. Ai ele tem que dar comida pra, vamos dizer, pra 20 companheiros, vamos ajudar ele aqui na roça dele. O pessoal vem aqui olha ( nome do vereador) me ajuda nisso aqui, não tem como não ajudar, não tem como dizer que não, neh!( Informante 1)

Vem pouco da cidade, mais é do interior das comunidades porque eu sempre trabalhei com as comunidades, é sempre a maioria é do interior, eu quase não recebo muita gente aqui, porque eu vou para lá (vereador1)

Esse vereador tem sua carreira política iniciada no começo da década de 80, mas somente como liderança. No final dessa década passa por uma seletiva, em que foi escolhido pela comunidade para torna-se candidato a vereador. Os discursos políticos praticados por ele direcionavam-se a “conscientização política” da população. Resumidamente isso quer dizer, que era feito que o sujeito entendesse que o voto deveria ser para um candidato que retornasse ao eleitor, a confiança depositada em ações que pudessem resolver problemas presente na comunidade. E esse vereador foi um candidato que exercia na época a profissão de pescador. E surgiu em um período que a comunidade de Pacuí passava grandes transtornos sociais e ambientais. Juntou-se com igreja e com o partido político. Até conseguir notoriedade na localidade. E ao entrar na CM de Cameté, começou a fazer as práticas clientelistas que não fazia antes, e isso revelar que os vereadores quando entram na CM, podem realizar as trocas clientelistas para manter seu

mandato, já que no relato o informante declara que o vereador “agora depois de ele ser vereador isso funciona, sabe, não tem jeito, neh! ”.

### 3.2- A Trajetória Política do Vereador 2

O vereador 2, chegou na CM de Cametá no ano de 2008. E esse foi o ano que se candidatou pela primeira vez ao cargo de vereador do município. Desde que entrou no poder legislativo cametaense há 11 anos atrás, não perdeu nenhuma das eleições que participou. Na eleição de 2008 foi eleito com 1.455 votos, na de 2012 foi reeleito com 1.562 votos, e na última eleição municipal que ocorreu em 2016, foi reeleito novamente com 3.234 votos, sendo o vereador mais votado. Dos 11 anos que está como legislador da CM de Cametá, passou 10 anos dele pelo partido do PCdoB, desde que se filiou ao partido em 2007, mas no ano de 2018 troca de partido<sup>10</sup> para concorrer no cargo de deputado estadual, porém não foi eleito. De modo que está a 1 ano no partido do PRB.

O vereador 2, é empresário no município, pratica comércio em Belém e Cametá. Para entrar na política conta que um amigo dele que estava apoiando como candidato a vereador na cidade de Belém, decidiu lançar ele como vereador no partido PCdoB:

Devido aos meus negócios, tenho uma base proprietária de terra, empresário, comerciante em Belém, em Cametá. E a minha família, porque eu sou muito família, a família minha me ajudou muito, é meu alicerce, meus filhos, minha mulher, meus amigos, fazem parte da minha família (vereador 1).

Um amigo meu de Belém foi candidato a vereador disse que ia apoiar ele, e me achou afiliar, me colocou no PCdoB, a onde eu passei no PCdoB por mais de 10 anos[...] esse amigo me falou vou te lançar como vereador, eu era empresário, sempre vivia a minha vida independente[...] e me lançou, comecei a andar com o povo vendo a necessidade, muita carência. Onde vários projetos nós trouxemos para ribeirinho, documentação, entre outros projetos como horta comunitária. Então um trabalho [...], eu mesmo implanto na minha fazenda. É plantio de açaí, é plantio de andiroba, de maracujá. Então é uma coisa que é produtiva e gera emprego e renda. Assim me tornei vereador. (Vereador 1)

Quando o vereador fala que foi apoiar um amigo candidato ao legislativo municipal de Belém, percebe-se que o vereador já tinha influência no meio político que poderia conseguir votos, assim, ajudar na eleição de alguém. Essa influência que poderia arrecadar votos provavelmente decorria da notoriedade que possui na região que mora,

---

<sup>10</sup>E essas trocas de partido que um político pode fazer enquanto ainda está com seu mandato vigente se dá pelo fato de a cada dois anos abrir a janela partidária, então por esse motivo no segundo ano de mandato do vereador 2 pelo partido PCdoB, em que foi eleito na eleição de 2016, pode trocar de partido.

Curuçambaba. Onde essa notoriedade foi conseguida por causa dos problemas relativos a falta de segurança que existia em Curuçambaba:

Aquela região lá era uma região muito conflitante, no sentido de segurança. Ali tinha uma fama de que era uma região minada de piratas, que a gente chama nas ilhas que são maus elementos que entravam nas casas ribeirinhas, assaltavam, levavam os objetos das pessoas, é barco, assaltavam barco. Até hoje ainda tem assim, naquela região volta e meia ainda acontece, essa questão que a gente chama de pirata, na verdade são bandidos que ficam ali rondando a noite no rio. E por ele ter uma relação muito forte com o conhecimento com a segurança pública, polícia militar, polícia civil, tinha contato, tem parente que são ligados a segurança pública, tem amigos policiais. O que ele fazia! Ele entrava em contato com a polícia rápido comunica o que tava acontecendo a situação lá. Aí ele entrava em contato e dava todo o suporte para a polícia ir. Deslocamento porque as vezes a gente bate nisso! A gente liga para polícia, ah! Não tem combustível na voadeira! Não tem combustível pro carro! Sempre tinha uma desculpa, e como ele é empresário, ele tem uma área de plantio de açaí, mexe com piscicultura, então ele tem um capital fora a parte, ele entrava em contato como a polícia, aí prendiam os piratas e com isso ele foi ganhado essa notoriedade, foi ganhado essa fama de ser uma pessoa que tava pronta pra ajudar, principalmente em quando se falava em segurança. Ali ele tem essa fama, olha! Aconteceu tal coisa corre lá com o vereador que ele vai dar um jeito de te ajudar, ele faz muito isso. (Informante 2).

Teve um dia que eu estava na casa dele e chegou uma família que tinha sido assaltada, levaram todos os pertences da casa televisão, parte do material. Aí, ele conseguiu rápido entrar em contato com a polícia lá de Igarapé-Miri. A polícia de Igarapé-Miri veio que é mais próximo lá de Curuçambaba, Pindobal-Miri. E conseguiram contatar os piratas, com isso que ele ganhou essa fama de ser um pessoal fácil, bem acessível no que se fala de segurança pública, daí que começou a crescer o nome dele naquela região, foi nesse sentido trabalhou muito com segurança pública. (Informante 2).

Na fala do informante, depreende-se que a notoriedade do vereador foi construída a partir da solução dos problemas que se passavam em Curuçambaba por causa dos assaltos feitos pelos piratas. Em que ao proporcionar a solução desses problemas através dos contatos de amigos e parentes policiais poderia fazer com que as pessoas se sentissem “agradecidas”. E retornado essa “gratidão” em voto. Com isso “o seu arco de influência é maximizado” (AVELINO FILHO, 1994, p.227). E ao financiar o combustível para que os policiais pudessem ir de voadeira ou carro para Curuçambaba, conforme AVELINO FILHO (1994) com essa oferta de bens materiais conseguiu evitar conflitos entre os eleitores. Uma vez que não podendo mais distribuí-los procurariam outro indivíduo que pudessem satisfazer os seus “pedidos”.

Esse tipo de relação do vereador com os habitantes dessa localidade. Permitir compartilhar ainda da tese de AVELINO FILHO (1994) que as máquinas clientelistas apareceram para ocupar o vazio institucional que existe em alguns lugares. Reduzindo os problemas sociais e inibindo sua generalização. Essas máquinas, deste modo, aparecem da “incapacidade das instituições para atender à diversidade de demandas que passam a

incidir sobre o aparelho do Estado” (AVELINO FILHO, 1994, p.227). De maneira que, sobre essa incapacidade das instituições em responder as variadas necessidades do povo faz com que a popularidade de pessoas com certa vantagem, como ter poder aquisitivo, amigos, e parentes que participam das instituições, neste caso, os policiais. Faz com que, esses sujeitos sobreponham o que está faltando. E ao suprir essa falta, passar a ser visto como “uma pessoa que tava pronta pra ajudar” ou “aconteceu tal coisa corre lá com o vereador que ele vai dar um jeito de te ajudar”, com essas palavras do informante percebemos que existe a continuidade dessas ações. Até porque logo em seguida relata que estava na casa do vereador e chegou uma família que tinha sido assaltada por piratas, e no momento que essa família chegou entrou em contato com a polícia, com isso, infere-se que para manter a notoriedade precisa continuar com essas ações, nas quais advém seu “carisma”.

Após entrar na CM de Cametá como legislador essa pratica de ajudar quem o procurar não muda:

A relação dele em si ela não muda muito, por incrível que pareça ela não muda muito, porque tem aquele comportamento do político candidato a vereador, prefeito, deputado, tem aquela história do troca de favores na lata. Eu lembro que eu fui candidato na eleição passada, o meu comitê era ali na Coronel Raimundo Leão. Lá por dia a gente recebia mais de 200 pessoas chegavam lá e tal queriam cesta básica, queriam carga de gás, aí a gente explicava que não trabalhava dessa forma, que não era assim nossa linha de fazer política, a gente precisava explicar o que um vereador faz pra poder, e a gente tinha algumas metas a cumprir eu explicava isso, aí ficavam todos contrariados, porque eles pensavam no meu relato ele vai me dar uma cesta básica a gente vai votar nele. E a maioria dos candidatos infelizmente ainda adota essa postura, ah! Tu ta com uma receita que tu foi consultar com o médico, ai tu diz olha! Me ajuda. Voltando na relação dele, a relação dele não é assim, ela funciona o ano todo. Durante eu está com o vereador ele sempre foi uma pessoa acessível, as instituições por exemplo se tu chegar lá com um grupo da universidade, ah! Agente tem uma viagem pra São Paulo, a gente vai participar de uma conferência, a gente ta correndo atrás de patrocínio na hora ele vai te incentivar, ou com combustível, ou com alimentação, ou com recurso financeiro. Aí ele faz muito isso, ele tem uma rede de apoio, que isso lá na frente quando ele se candidatar de novo isso tem peso as pessoas têm aquela questão, olha não! O fulano nos ajudou, nos incentivou quando nós estávamos estudando. Isso acontece muito isso, por exemplo no interior ele ajuda muito as pessoas em relação a energia. Essa energia que vai nas ilhas aí boa parte dela, ela não é ainda uma energia regularizada pela Celpa, são vários quilômetros lá que teve de si fazer meio que na marra mesmo, e ele apoio, ele apoia. Ah! Precisa de tantos metros de fio ele dar um jeito e consegui e ajuda. Mas isso aí no período que não é na campanha, que não é irregular digamos assim. Quando é no período da campanha ele sai visitando as comunidades e como ele já tem esse nome muito forte nas ilhas. A pessoa fala fique despreocupado que o senhor sempre nos apoiou quando a gente precisou, então é o momento de a gente apoiar também o senhor. (Informante 2)

Nessa fala do informante, entende-se que o vereador está à disposição para resolver os problemas de quem o procura. E essa disposição para solucionar os problemas dos

indivíduos ultrapassa o período de campanha pois não é só nesse período que vai acontecer esse “apoio” e “incentivo” do vereador. E quando é no período de campanha ao sair para visitar os interiores muitos dos seus votos já estão garantidos por essa pratica de ajudar quem o procura. Do que torna possível dizer que ao continuar com esse “apoio” o seu eleitorado é mantido até a próxima eleição, afirmando assim a sua permanência na CM de Cametá.

O informante fala que o vereador está pensando em colocar o filho na política pela falta de tempo para cuidar de seus negócios:

ele tem quatro filhos. (Nome de um dos filhos), eles estão pensados em projetar ele para vim agora, não sei se vai se concretizar tavam com essa proposta, não vinha mais esse ano candidato (nome do vereador). Tava meio balanceado porque a política ta tomando muito tempo dele. E a parte empresarial começou a precisar mais dele. Ele também tem os negócios dele na parte do açaí na parte da piscicultura, estão precisando mais desse acompanhamento dele, e o vereador ele perder esse tempo, por exemplo a Câmara funciona para um vereador dia de quarta e quinta, para as sessões, mas tem outros dias que ele vem para atender, vem terça, às vezes fica até sexta. E esses três dias que ele passa aqui desajusta um pouco lá o trabalho que mantém toda essa base familiar dele, financeira enfim então ele ta balanceado pra não vir mais. De repente apresenta uma outra pessoa, ele pensou no filho, o filho já tem esse perfil de legislador (Informante 2)

Esse fato demonstra como acontece as indicações e apadrinhamentos na política e depreendemos que a questão de ser apadrinhado ajuda bastante no início da carreira. Ainda por esse fato, nos faz pensar como alguns políticos podem indicar e apoiar os filhos em futuras candidaturas para manter o poder nas “mãos” da própria família, assim permanecendo o poder no círculo familiar.

### **3.3- A Trajetória Política do Vereador 3**

O vereador 3, está a 23 anos no poder legislativo de Cametá. Entra na CM de Cametá em 1997, como o quarto vereador mais votado do pleito eleitoral de 1996. E ao iniciar seu mandato em 1997, não teve um período eleitoral que não foi reeleito. Desse modo, tem em sua carreira política como vereador no município seis mandatos seguidos.

No histórico eleitoral desse vereador, a primeira eleição que participa em 1996, obtém 775 votos. Na eleição de 2000, foi reeleito para o segundo mandato com 1.209 votos. No terceiro mandato que alcançou com a eleição de 2004, recebeu 1.714 votos. Na eleição de 2008, foi reeleito com 2.725 votos. Em 2012, foi reeleito para o quinto mandato com 3.511 votos. No sexto mandato foi reeleito com 2.472 votos, dos quais, a eleição municipal que ocorreu no ano de 2000 e 2012, foi reeleito na primeira colocação para o cargo.

As seis eleições que participou para o cargo de vereador foram em partidos diferentes. Em 1996 estava no PMDB. Em 2000 pelo PSDB. Em 2004 no PDT. Em 2008 no DEM. Em 2012 pelo PSD. Em 2016 novamente no PSD. Com isso a troca frequente de partido desse vereador tornou-se umas das características de sua carreira como legislador na CM de Cametá.

O ano de 1996 é marcado pela saída de seu pai da política legislativa local. Seu pai foi vereador no município também com mandatos consecutivos. Entrou no legislativo durante a metade da década de 70, mas por motivo de saúde decide sair. Em 1996 seu filho o vereador 3 se candidata ao cargo e é eleito. Dessa forma, a história política do vereador entrelaça-se com a de seu pai ex-vereador no município. E esse entrelace é percebido quando seu pai participa da elaboração e criação da Lei Orgânica Municipal de Cametá, que ocorreu no ano de 1990. E seu filho, o vereador participa da revisão ocorrida em 2006.

Esse vereador 3 foi o único dos outros dois legisladores pesquisados que se recusou a dar entrevista. Na primeira vez que falei com esse vereador ele disse que eu teria que ler todas as atas das sessões do período que está presente na CM de Cametá. Que seria o período de entrada em 1997 e das que estão sendo feitas nesse ano de 2019. Na segunda vez que o procurei, fui no início do horário que a CM começa a abrir, que é a partir das 08:00 horas e fiquei até o fechamento que é as 12:00 horas, nesses horários permaneci esperando-o do lado de fora do gabinete para conseguir uma entrevista com ele, no entanto, também do lado de fora de seu gabinete tinha outras pessoas esperando a vez de falar com o ele. Nesse dia não consegue a entrevista por causa do tempo, onde disse que deveria esperar todas essas pessoas serem atendidas para depois realizar a entrevista. Evidentemente não deu tempo. Na terceira vez não tive que esperar, a sua assessora me informou antes de perguntar sobre a entrevista. Ao me ver disse que ele estava muito ocupado. Na quarta tentativa, um fato parecido com esse aconteceu.

No relato do informante que trabalhou na CM na época de seu pai, é identificado que o pai do vereador foi legislador durante a ditadura militar pelo partido MDB<sup>11</sup>. No

---

<sup>11</sup> Segundo o autor José Murilo de Carvalho, no capítulo III, de seu livro intitulado “cidadania no Brasil: O longo Caminho”. CARVALHO (2005) explica que durante a Ditadura Militar é criado no ano de 1966 o sistema de bipartidarismo. Em que devido a esse sistema no país passou a existir somente dois partidos. O do governo chamado Aliança Renovado Nacional (ARENA) e o da oposição chamado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). E com a abolição do bipartidarismo ocorrida em 1979 fez com que esses dois partidos sumissem para dar espaço a seis novos partidos. “A ARENA transformou-se no Partido Democrático Brasileiro (PSD), o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os antigos trabalhistas do PTB dividiram-se em dois partidos, PTB e Partido Democrático Trabalhistas (PDT), este último sobre liderança de Leonel Brizola, recém retornado do exílio. Os moderados do MDB reuniram-se em torno do Partido Popular (PP), que logo depois voltou funda-se com o PMDB. A grande novidade no campo

entanto, não foi possível identificar quantas legislaturas ele possui pelo partido, durante o bipartidarismo que estava instituído desde 1966. Mas após o termino desse bipartidarismo decorrido em 1979, com a respostar de uma pesquisa realizada na jurisprudência do TSE<sup>12</sup>, na qual foram pedidos os resultados das eleições municipais que decorreram no período de 1980 a 1992, e como respostar a essa pesquisa enviaram-me os resultados das eleições de 1982, 1988 e 1992. Com essas eleições percebe que mesmo com o termino do bipartidarismo em 1979, o pai do vereador concorre a eleição de 1982, que inaugura o retorno do pluripartidarismo, com o partido PMDB que era o antigo MDB, e assim segue nas próximas eleições com esse partido. Desse modo, pode inferir que o pai do vereador não tinha a pratica de trocar sempre de partido.

Ainda nesse mesmo relato, pode denota-se que o vereador frequentava o meio político do pai. Onde tinha contato com outros integrantes do partido MDB que seu pai estava, de forma que poderia aprender como se comportar na política com esses contatos desde cedo. No que seria o preparo do pai para o vereador assumir o lugar quando saísse:

Olha, existe digamos assim uma história de que o pai dele foi durante a época da ditadura militar, ele era do MDB, que do partido de oposição, então ele teve contato com algumas figuras, por exemplo, senador Jader Barbalho, que na época era deputado federal que foi dos integrantes também dos partidos de oposição. Ai o vereador (nome do vereador), alias o pai dele, o (nome do pai) ele era vereador do MDB na época que era o da oposição à ditadura militar. No início da década de 60, 70, aí foi a época que o (nome do vereador) nasceu. Ai com certeza ele se aproximou desses políticos tradicionais, e acabou aprendendo muitas coisas da política e realmente se preparou para assumir o lugar do pai dele, que depois ele parou não teve mais condições por causa da idade. Ai o (nome do vereador) começou assumindo o lugar dele como vereador, como ta até hoje. (Informante 3)

No outro relato desse mesmo informante, é lembrado um discurso que o vereador conta, o que o seu pai disse na sua primeira candidatura. Onde seu pai falou que mesmo que fosse oposição ao um candidato durante o período de uma campanha eleitoral, como no cargo de prefeito. Após o período de eleição, o candidato a prefeito que se elegeu mesmo não sendo o que o estava apoiando, depois de ter ganho a eleição o vereador teria que apoiar seu governo:

---

partidário, no entanto, foi a criação do Partido do Trabalhadores (PT), em 1980". (CARVALHO,2005, p. 176).

<sup>12</sup> Site do TSE em que a pesquisa foi feita: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/decisoes/jurisprudencia>

(...) desde quando se lançou pela primeira vez ele se elegeu. Ele já é, pela própria formação dele com os políticos tradicionais como te falei Jader Barbalho, Gerson Peres também que esqueci de citar ele aprendeu muito com eles, essa “malícia na política”, desse contato com os eleitores, e ele acabou até agora se perpetuando no poder porque por exemplo, uma vez eu me lembro que numas das falas deles, eu não lembro se foi no parlamento ou foi no evento que estive, ele estava presente. Que ele disse o seguinte que o pai dele havia dito para ele quando ele se lançou candidato pela primeira vez que depois da campanha eleitoral, o prefeito, o governador, o presidente que se eleger ele é o governante de todos. No caso aqui da prefeitura, então ele falou que na época ele era oposição ao candidato prefeito, o pai dele falando pra ele isso, mas depois que o prefeito for eleito por que não seja aquele que tava apoiando, mas a partir daquele momento era o prefeito dele porque foi ele que se elegeu. Então na verdade, talvez nessa tua pergunta, é que ele, o carisma dele nessa forma de fazer política, que ele é do lado de quem ganha, do lado do poder, por exemplo por que ele tenha oposição, mas a partir do momento que se elege o candidato ele passa pro lado dele, por que? Porque ele precisa cumprir as promessas de campanha dele com esse favorecimento políticos. (Informante 3)

E no final do relato desse informante, depreende-se que esse vereador apoia o governo para conseguir benefícios que ajudem a executar as promessas de campanhas. E sobre esse assunto um funcionário da CM de Cametá, declara que o vereador tem vários cargos para indicar, no que podemos dizer que os benefícios que o entrevistado anterior falou que ganharia com apoio ao governo, poderiam ser essas indicações, que acontecem segundo o funcionário na área da educação e saúde devido essa pratica de defesa do governo:

Ele tem uma articulação extraordinária, se tu pegar os principais cargos a nível de educação, de saúde é indicação desse cidadão, tem o dedinho dele lá para indicação. A área da educação é bem articulada por ele, ele tem várias lá e por que ele consegue isso?! Por que ele consegue barganhar isso?! Porque ele tem esse perfil de defensor mesmo do governo, ele vai pra cima, ele bate, faz todo aquele auê, conhece do regimento, ele nasceu ali naquele meio do regimento interno. Então tem coisa ali que ele consegue passar na frente de outros vereadores que não tem a preocupação do regimento interno e da uma lida, conhecer a entre linhas lá da Câmara, como ele conhece esse também é um ponto dele ser favorável a ser defensor do governo por ele ter toda essa barganha ele consegue barganhar tranquilo. (Informante 4)

Ainda na fala do informante 4, nota-se que umas das características desse vereador que foi criado no meio político é conhecer como funciona o regimento Interno. E por saber como funciona o ambiente da CM de Cametá por seu regimento Interno, esse seria um item vantajoso para tornar-se o defensor do governo.

Na fala de outro informante, fica evidenciado que o pai tinha uma política no beneficiamento do eleitorado. Assim como o pai, o vereador 3 continuou essa pratica em sua maneira de fazer política no município. E ao fazer campanha eleitoral não teria um reduto eleitoral como os dois outros vereadores desse estudo tem. Pois, de acordo com esse informante, o vereador, praticaria a campanha com os habitantes de uma área, e quando era

em outra eleição estaria em outra área, fato que leva a entender que não teria um reduto certo que praticasse a sua reeleição, se distinguindo também dos outros dois legisladores por não precisar conseguir notoriedade para ter um público que o levante na próxima eleição, pois herdou a notoriedade de seu pai:

Ele passou a manter a estrutura que o pai dele, deixou pra ele, neh! O pai dele criou uma estrutura política pautada nessa linha de o cara ficar pedindo emprego, influenciando nos governos municipais. Então essa linha que vem sustentando, eu digo sustentando não se esse é o termo, porque é sustentando esses mandatos, e também é diferenciando o foco pelo menos, em uma eleição ele ataca numa área ali prioriza lá ele faz, quando é outra eleição, lá já sofreu desgaste então ele parte para uma outra área do município. (Informante 5).

E para KUSCHINIR (2000) a notoriedade também pode acontecer por empréstimo. Que seria explicado pela aliança ou parentesco do candidato ao um político conhecido. Nesse caso o parentesco do vereador com o pai que já foi político no município permitiu que o vereador recebesse os votos dos eleitores do pai. Assim, o trabalho anteriormente realizado pelo pai do vereador para conquistar eleitores seria do vereador

Depois de entrar na CM, o vereador, segundo o informante 4, atenderia todos os dias da semana que a CM está funcionando, que são nos dias de segunda-feira a sexta-feira, o povo que estivesse o procurando. A partir disso, denota-se que o vereador 3 mantém como atividade de continuar com o eleitorado, a presença frequente na CM de Cametá:

Ele sempre bate no peito dizendo que hoje ele é um político graças ao pai dele. Ele acompanhou a vida política do pai, o pai ensinou muito ele, e daí ele sentiu a necessidade de ser político. Eu não posso te dizer a nível de assessoria, como é o trabalho dele e tal. Mas de uma forma superficial que eu posso dizer é que ele atende diariamente de segunda a sexta as pessoas assim porque vive cheio lá o gabinete dele. Ele tem esse perfil de um político que gosta de chamar a atenção, você pode ver lá no discurso dele, bate, faz todo aquele auê dele. Que pra isso ai eu sou totalmente contra, você tem que ter uma postura firme, mas tu querer chama a atenção pra pessoas ficarem rindo lá, porque não pode quem ta lá assembleia não pode se manifestar. (Informante 4)

Essa presença frequente na CM de um vereador, de acordo com KUSCHINIR (2000) acontece por ter uma votação bem distribuídas que o levaria, junto ao seu assessor trabalhar em uma campanha permanente, que ocorreria dentro e fora do gabinete. E sobretudo o assessor intermediaria o contado do vereador com os eleitores. Entretanto, os

assessores dos vereadores com votação distribuída centralizariam o seu trabalho na Câmara Municipal.

Essa autora Karina Kuschnir afirma que:

As pessoas procuram os vereadores em busca de soluções para problemas de diversos tipos. Muitos parlamentares têm dificuldades para atender a essas demandas. Alguns reclamam que os eleitores são “insaciáveis”; outros, que a população esquece que vereador não tem poderes “de prefeito”. Um vereador afirma que “a nossa cultura política faz com que o eleitor veja no parlamentar uma pessoa que, além do interesse público, deva tratar também do seu caso pessoal”. Outro lamenta que os vereadores sejam a “válvula de escape, para resolver todo e qualquer problema”. Alguns, mais à esquerda, afirmam que as pessoas são “acomodadas”, não participam do processo político e ficam à espera de que seus problemas sejam solucionados por alguém. (KUSCHNIR, 2000. p 36).

Dessa maneira, pode presumir que alguns pedidos dos eleitores ultrapassam os componentes do meio legislativo. Pois algumas pessoas podem fazer pedidos que seja necessário envolve-se com o poder executivo, ou, fazer uso de ações que são delegadas a esse poder, por exemplo, as ações de indicar cargos ganhadas pelo vereador 3 ao apoiar o governo.

E sobre a assessoria do vereador 3 pude perceber com as minhas visitas frequentes a Câmara Municipal para assistir as sessões e procurar os vereadores para entrevista-los, que os assessores desse vereador são o seu irmão e sobrinho, e a assessoria que a Câmara relega para os vereadores, é usada por esse vereador para executar tarefas básicas, e deixando as tarefas mais importantes com esses dois assessores, ou melhor, esses dois assessores saberiam dos “bastidores da política” desse vereador, diferente de outros assessores que a Câmara disponibiliza. Ainda sobre esses dois assessores do vereador um informante relatou que os dois assessores não são funcionários da Câmara, e por isso são pagos por ela para fazer esse tipo de atividade:

Eles assessoram ele, trabalham com ele, mas não são servidor, ficam lá com ele de repente precisa de alguma coisa. Muitas vezes como ele não tem na câmara (...) tem cargo de assessor, mas a câmara não paga assessoria a eles. Trabalham com ele, não sei como são pagos, mas trabalham com ele dando esse suporte pra ele como assessor, não só ele como tem outras meninas lá que trabalha com eles lá dando esse suporte pro vereador, tem alguns de outros vereadores também tem as pessoas que são mais ligadas com ele vão lá dar uma ajuda pro outros vereadores. (Informante 6)

Dessa maneira percebemos que para um vereador escolher um assessor tem que ser alguém de confiança, pois esses assessores poderiam fazer as relações clientelistas entre políticos e eleitores, no que nos faz pensar na ideia de mediadores levantada por BASTOS (2017), em que esses mediadores seriam chamados de Brokers. E os Brokers são representantes políticos que atuam na intermediação dessa relação entre eleitor e político,

ou seja, os assessores dos vereadores de Cametá seriam uma espécie de Brokers, pois pelas observações e entrevistas realizadas foram percebidas que esses assessores mediam os atendimentos nos gabinetes e visitam localidades junto, ou sem os vereadores para ganhar público eleitor. E ainda mais por Brokers, a autora KUSCHINIR (2000) afirma que os vereadores têm a capacidade de mediar trocas, isso quer dizer, que os vereadores de Cametá também podem ser chamados de Brokers, uma vez que mediarão trocas entre o executivo os dando apoio.

Como já foi visto, o pai do vereador não teve práticas de trocar de partido a cada eleição. Mas o vereador tem em seu currículo político municipal a troca frequente de partidos. Sendo essa umas das características políticas desse vereador que a cada eleição vem em um partido político:

O (nome do vereador) ele não tem na verdade lado, o lado dele é aquele que ganha. Um dia ele está em um, esse diferencial que os jovens hoje precisam saber. Que aqui em Cametá, nós chegamos no momento de nós ter quase 30 partidos aqui no município de Cametá. Tu acreditas que nesse municípiuzinho nós temos aproximadamente 30 partidos legalizados, poiser então eu acredito que esse vereador (nome do vereador) ele já passou durante sua carreira política a mais de 10 partidos. Eu penso assim, não vou dizer que está errado, não ta errado isso aqui na lógica que ele adota, neh! Na lógica que ele adota não ta errado, ele já foi PSDB, ele já foi do PMDB. Então pra ele não tem lado, o lado que ganha ele adota. (Informante 5).

O fato desse vereador não ter uma ligação partidária, pode ser entendido pelo argumento de George Avelino Filho (1994), de que a legislação eleitoral brasileira fortalece a atuação individual dos parlamentares. Em que para dar um exemplo dessa atuação individual dos parlamentares o autor AVELINO FILHO (1994) sintetizou o estudo do pesquisador MAINWARING (1991) em sua análise. E nesse estudo de MAINWARING (1991) é feita uma comparação da influência do sistema eleitoral sobre o desempenho dos partidos políticos, onde frisa

o caso brasileiro como um dos que mais dificultam os esforços para a construção de partidos mais efetivos, através do incentivo ao individualismo entre os parlamentares e do conseqüente enfraquecimento de suas relações com os partidos a que pertencem. Ao analisar a legislação, o mesmo autor constata, entre outros aspectos, que a combinação entre o sistema proporcional e a inexistência das listas partidárias dá ao eleitor excepcional liberdade de escolha frente à intervenção das direções partidárias. Durante o processo eleitoral o eleitor vota em candidatos únicos para os cargos em disputa, de modo que a eleição ou não de um determinado candidato depende, em última análise, de seu próprio esforço sem passar pelo partido. (MAINWARING, 1991 apud AVELINO FILHO, p. 232, 1994).

Isso quer dizer, que o candidato ao fazer sua campanha não visará o partido, pois, o candidato faz sua campanha de modo individual para conseguir votos para ele próprio, de maneira que, ao fazer isso, entenderá que a cadeira parlamentar é sua propriedade individual, e pelo fato disso, existem parlamentares que trocam frequentemente de partido sem perder o cargo. (AVELINO FILHO, 1994). Dessa forma, o vereador 3 do município de Cametá que troca sempre de partido, compreenderia que por ter bastante votos e por ser conhecido no meio político cametaense, não precisaria de partido para eleger-se, esse pode ser uns dos motivos da sua troca de partido.

Com essas três histórias de entrada na política local do município, vimos que os vereadores ao entrar na CM de Cametá, podem fazer uso de práticas clientelísticas para se manter no cargo, podendo assim fazer trocar de bens materiais e imateriais com os cidadãos que os procuram em seus gabinetes. E os vereadores mediam trocas até com o executivo para continuar a ter acessos a benefícios que poderiam de certa maneira manter os seus clientes.

### **3.4 - Votos por distritos**

Este tópico foi elaborado com intuito de verificar em quais distritos do município de Cametá esses três vereadores são mais votados. Para realizar a votação por distrito, foram utilizados os resultados das seções eleitorais do ano de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, uma vez que são as eleições que esses vereadores participaram durante o período das cinco legislaturas (2001-2019).

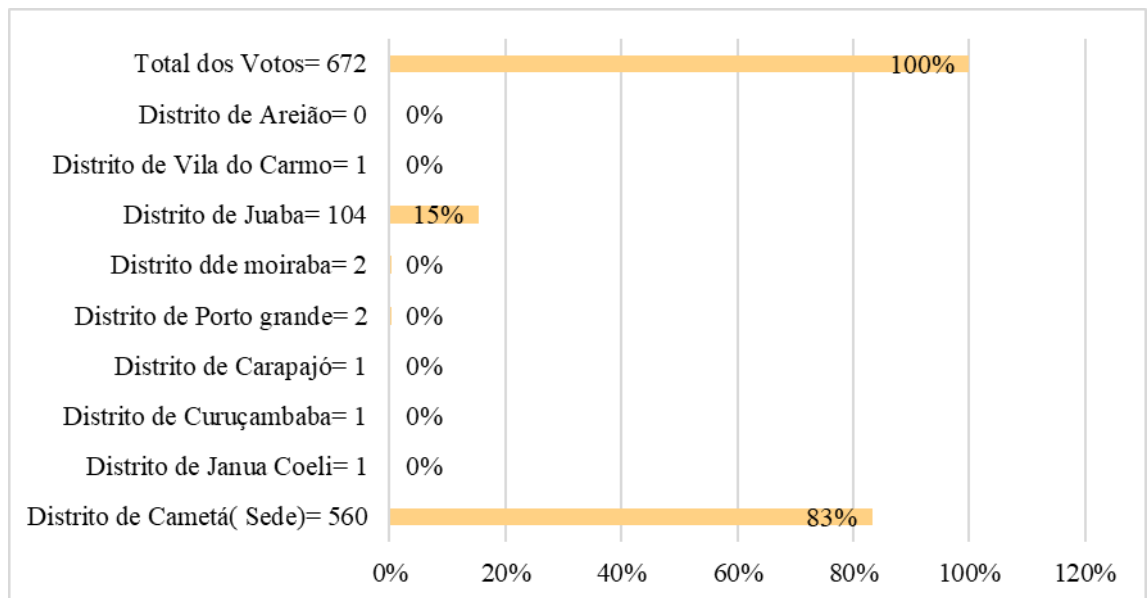
Durante essa análise verificou-se que o vereador 1, que atuava como líder sindical em sua localidade Pacuí, situada no distrito de Cametá, tem a maioria de seus votos acumulado nele, e um dos motivos para ter tantos votos nesse distrito se dar pelo fato de sua comunidade estar localizado no distrito. Ainda, pela análise o vereador 1, apresenta uma pequena concentração de votos no distrito do Juaba, e sua votação nesse distrito está crescendo com o passar das eleições. Sendo esses dois distritos a marcada das suas votações. O vereador 2 também concentra votos no distrito onde mora, que é Curuçambaba e também recebe votos ainda em três distritos. O vereador 3 chama a atenção porque morava no distrito do Juaba, na localidade chamada Ilha grande de Juaba com sua família, no entanto, sua família decide se mudar para o distrito de Cametá, com isso a maioria dos votos que recebe vem do distrito de Cametá em que mora, e o distrito antigo em morava ostenta uma pequena porcentagem que fica oscilando entre 10% e 14%. Diferentemente

dos outros dois vereadores, esse vereador 3 recebe votações expressivas em outros distritos, ou melhor, os votos desse vereador têm a característica de serem espalhados pelo município.

### 3.4.1 – Votos por distrito do vereador 1

Inicialmente, será explicada a votação do vereador 1 para entrar na CM de Cametá. Examinandos os votos que recebeu nas eleições que entrou na Câmara Municipal, e bem como aquelas que se candidatou, mas não conseguiu se eleger novamente.

**Gráfico 1. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2000**



Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

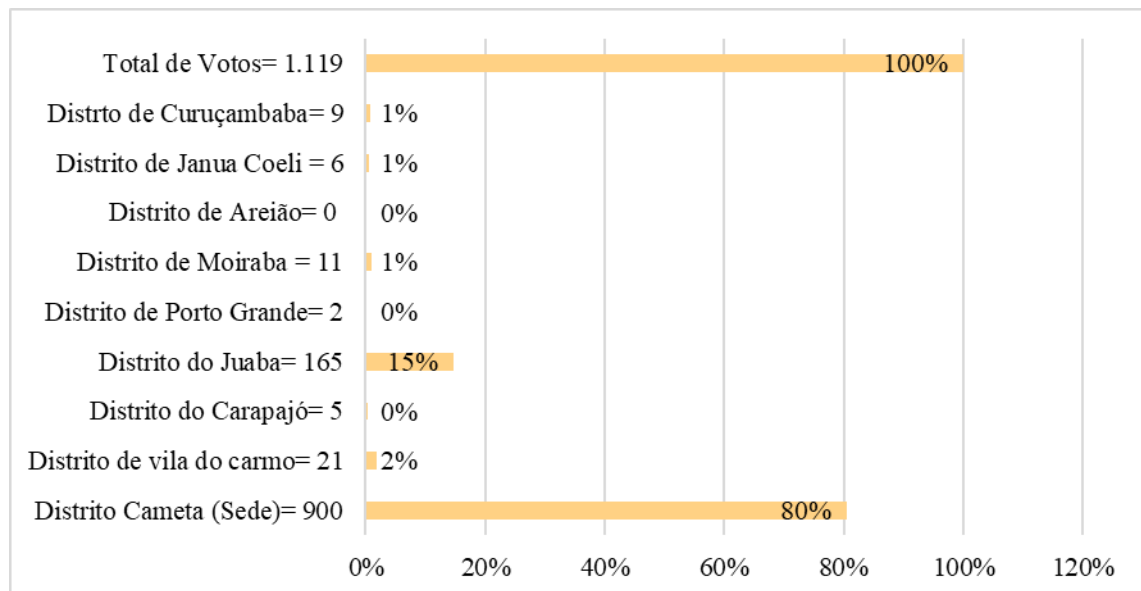
Na eleição do ano de 2000 que entrou na CM de Cametá recebeu no total 672 votos. Como observado no gráfico 1, o distrito de Cametá concentra a maioria de seus votos, tendo só nesse distrito 83% da sua votação nessa eleição. Outro distrito que concentrou os seus votos foi o Distrito de Juaba, com 15% dos votos.

E nas análises das seções eleitorais desse ano de 2000, estavam disponíveis 151 seções. Duas delas chamaram a atenção por terem um número de votos elevados em relação as outras desse período. A seção de Nº 0237, que se localiza no Pacuí de Cima, conteve 156 votos para esse vereador, e foi avistado que os outros vereadores pesquisados não somam voto nessa seção. Podemos supor, que ao ser uma liderança política nessa comunidade desde o início da década de 80. Fez com que esse lugar seja o seu domínio eleitoral. A outra seção é a de Nº 0221, que encontra-se na comunidade do Tentem, distrito

do Juaba, onde nessa seção o vereador recebeu 65 votos dos 104 que recebeu no distrito, como visto no gráfico 1. Por esse fato, podemos entender que quando o vereador relatou que em 82 estava em um evento no Juaba que abordava as questões das políticas públicas, onde o povo que estava lá compreenderam como é possível relacionar política e religião, por essa visita e pratica no evento, conseguimos apreender que o vereador pode ter conquistado habitantes desse distrito como eleitores, pois os outros períodos eleitorais que participou desde a eleição 2000, analisados aqui, o vereador apresenta boa porcentagem de votos nessa área.

E na eleição municipal do ano de 2004, o vereador foi reeleito com 1.119 votos. Sendo que nesse momento de reeleição o vereador alcançou 80% dos votos no distrito de Cameté e 15% no distrito de Juaba, conforme o gráfico 2, abaixo. Com isso, vemos que o vereador manteve a sua concentração de votos nesses dois distritos, com um relevante aumento nos votos do distrito de Cameté, passando de 560 votos para 900 votos, e um leve aumento no distrito de Juaba, passando de 104 votos para 165 votos.

**Gráfico 2. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2004**



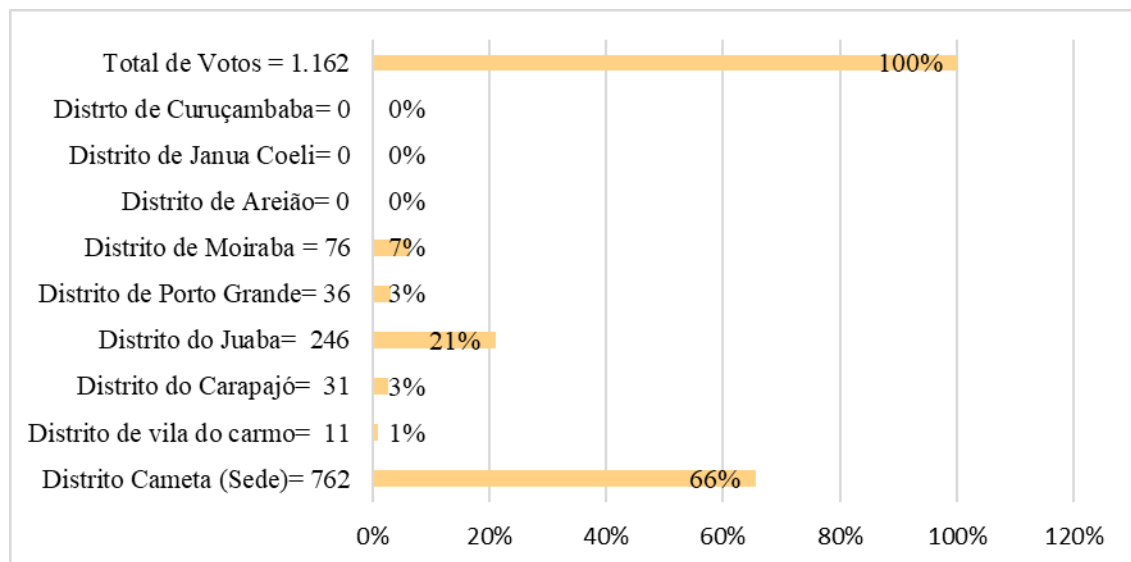
Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Ainda por esse gráfico 2, avistamos que o vereador teve porcentagem de 1% nos distritos de Curuçambaba, Jauna Coles e Moiraba. E 2 % no distrito de vila do Carmo, com os resultados dessa eleição de 2004, percebemos que o vereador começou a crescer em outras áreas, mas ressaltando que esse crescimento é de maneira lenta, pois entre as

eleições de 2008, 2012 e 2016, o vereador vai apresentar oscilações nesses períodos, podendo crescer em uma eleição e diminuir na outra.

Ainda sobre as análises das seções de Pacuí e Tentem, nesse período eleitoral passa a existir a seção de Pacuí de baixo, que somado com a seção de Pacuí de Cima, obtiveram 333 votos, respectivamente cada uma teve, 76 e 257 votos. E também nessa eleição passar a existir mais uma seção na comunidade do Tentem, distrito do Juaba, somando-se as duas o vereador obteve 96 votos dessa comunidade no distrito

**Gráfico 3. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2008**



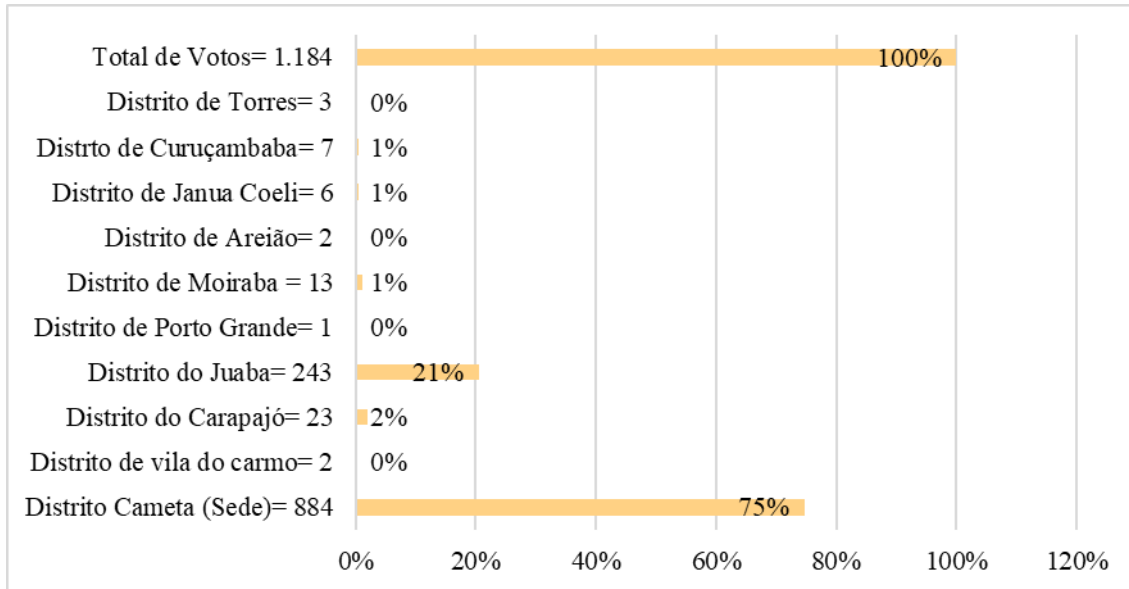
Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Na eleição municipal de 2008, em que o vereador tentou novamente a reeleição conseguiu alcançar 1.162 votos. No distrito de Cametá tem nessa eleição 66% dos votos, sendo novamente o distrito que recebe mais votos. Nesse gráfico 3, ainda é possível observar que o seu número de votos aumenta no distrito de Juaba, passando de 15% da eleição anterior para 21%, no que representa um aumento de 6% de votos nesse distrito. Ainda percebe-se que o vereador alcançou bons índices no distrito de Moiraba com 7% dos votos.

Nessa eleição Pacuí de Cima passar a ter duas seções na sua comunidade. Uma seção teve 152 votos e outra teve 62. E na seção de Pacuí de Baixo teve 52, no que somando as três seções dá um resultado de 270 votos obtidos na ilha de Pacuí, no que revela uma baixa na votação do vereador na região de Pacuí, pois antes era 333 votos. Já as

seções da comunidade do Tentem, obtiveram juntas 152 votos, seguindo aumentado desde as eleições anteriores.

**Gráfico 4. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2012**



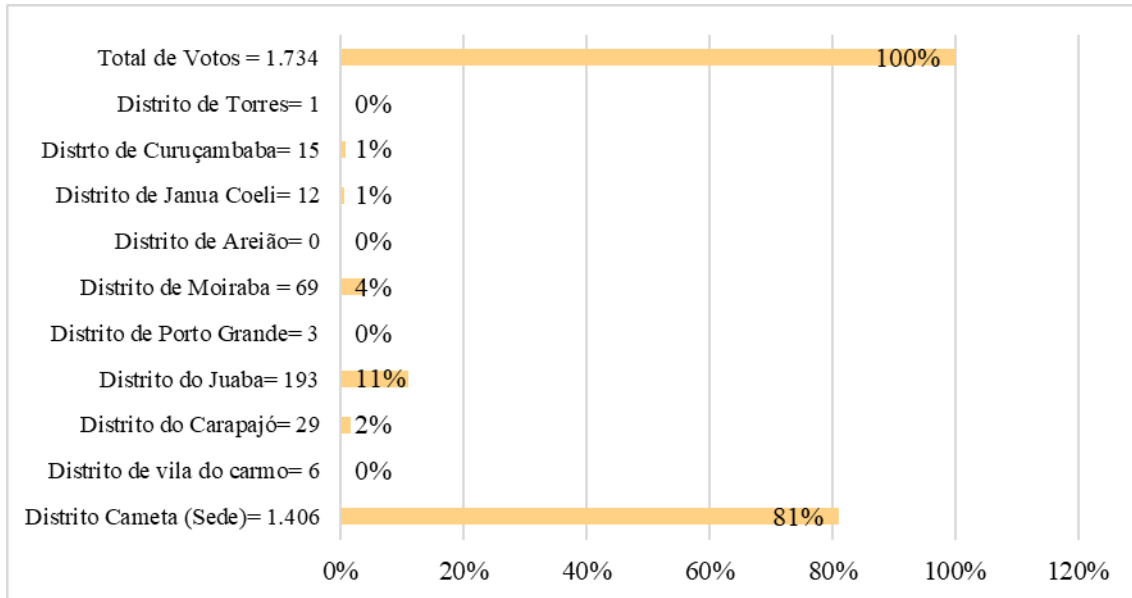
Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Na eleição de 2012 em que concorre as cadeiras disponíveis para o cargo de vereador na CM de Cametá, consegue ter no total de 1.184 votos no município. Apesar dessa quantidade de votos, isso não bastou para ganhar a eleição, pois observa-se no gráfico 4, que houve uma queda substancial nos votos dos distritos que estava crescendo desde a eleição passada, que pode ter afetado no desempenho eleitoral do vereador. Já o distrito de Juaba continua o mesmo desde a eleição anterior. E no distrito de Cametá o vereador elevou o seu resultado de 66% dos votos para 75%.

As seções da ilha de Pacuí totalizaram 268 votos, no que relava uma queda, mas não tanto agressiva quanto a anterior, pois a diferença dessa votação para a eleição anterior é de dois votos. E olhando para esse resultado, podemos presumir que uns dos motivos da queda é de que na CM de Cametá existem outros vereadores que são da ilha de Pacuí, portanto, o vereador não é mais o único legislador dessa região.

Na comunidade do Tentem, onde o vereador acumula vários votos passa ater nessa eleição mais uma seção, com isso existem três seções nessa localidade no período eleitoral de 2012, somando-se as três temos o valor de 214 votos.

**Gráfico 5. Votação do vereador 1 por distrito no ano 2016**



Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

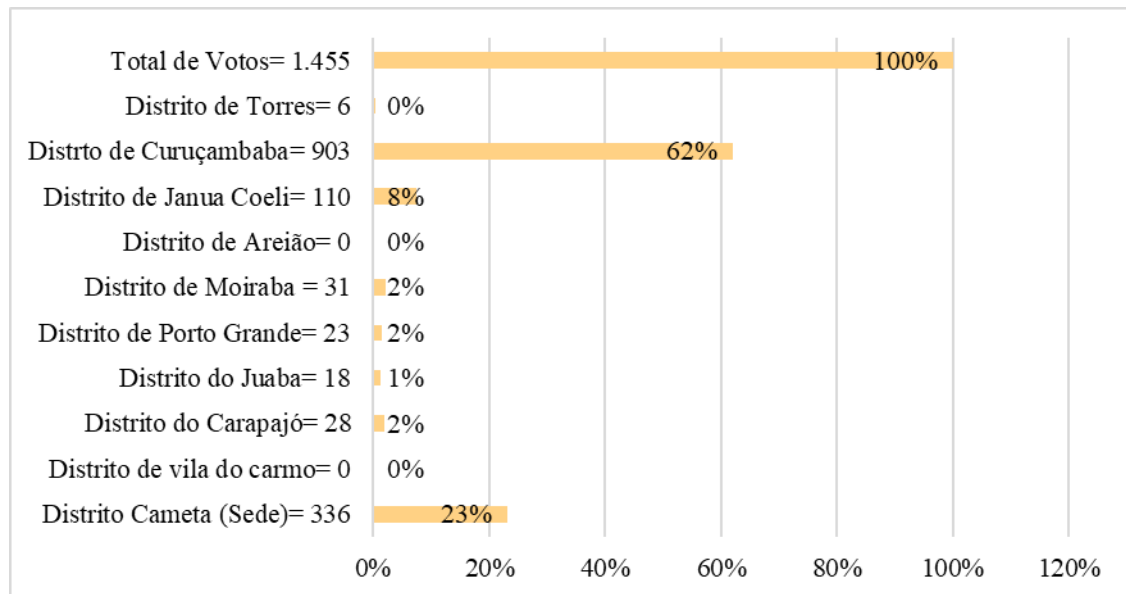
Na última eleição municipal que ocorreu no ano de 2016, o vereador obteve no total de 1.734 votos, com essa votação volta para a CM de Cametá depois de um hiato de oito anos. Conforme o gráfico 5, o vereador apresenta 81% dos votos que recebeu no distrito de Cametá, assim consolidando-se como seu reduto eleitoral. Ainda por esse gráfico percebemos que os 81% dos votos desse distrito traduzem-se em 1.406 votos, sendo essa a maior votação que obteve no distrito. Ainda no gráfico 5, depreendemos que o vereador diminuiu sua porcentagem de votos de 21% para 11% no distrito do Juaba, mesmo com essa diminuição esse continua sendo o segundo distrito que acumula um importante percentual de votos.

E pelas análises das seções da ilha de Pacuí e Comunidade do Tentem, o vereador adquiriu 225 votos na ilha de Pacuí já somados as seções de Pacuí de baixo e de cima, e obteve 131 votos na comunidade do Tentem, somando-se as três seções existentes nessa comunidade.

### 3.4.2 – Votos por distrito do vereador 2

O Vereador 2, começa a sua entrada na CM de Cameté no ano de 2008, com uma vitória recebida na eleição com 1.455 votos. Isso, já com uma votação expressiva em comparação ao vereador anterior. Essa eleição é a primeira que participa para entrar na CM de Cameté, e sendo eleito nessa primeira que participou.

**Gráfico 6. Votação do vereador 2 por distrito no ano 2008**

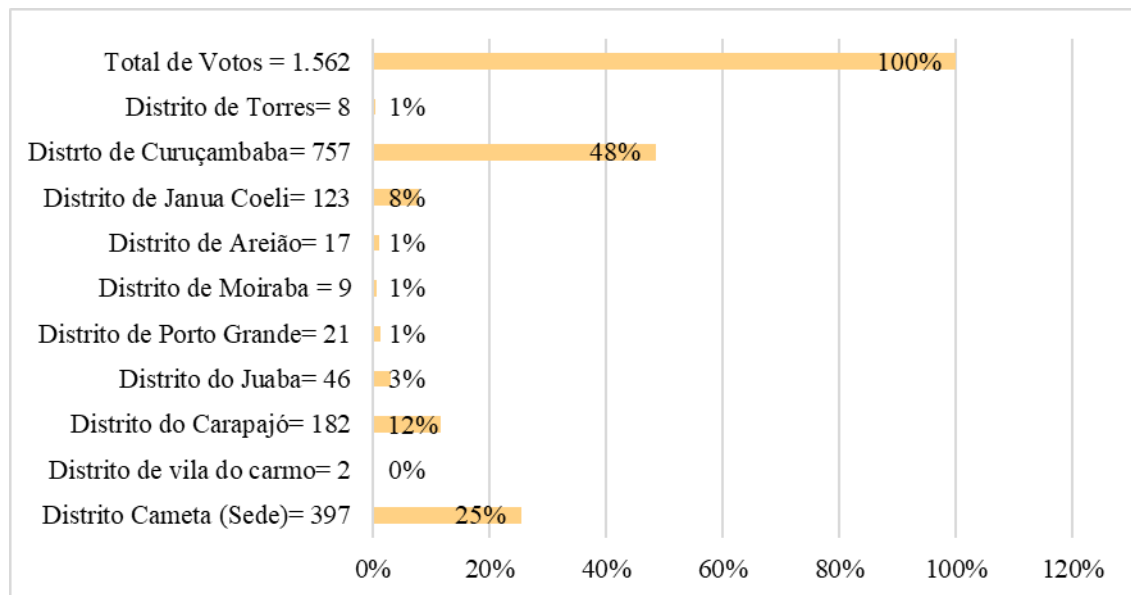


Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Como observado no gráfico 6, o vereador apresentar uma alta vantagem eleitoral na região de Curuçambaba, que a região em que mora, nesta eleição é possível compreender que as relações dele com os habitantes dessa área o fazem o ter uma proporção exorbitante de voto neste distrito. Recebendo do eleitorado que vive em Curuçambaba 62% dos votos que obteve no município. E o distrito de Janua Coeli que fica próximo de Curuçambaba garantiu 8% dos votos. O distrito de Cameté, concedeu para o vereador 23% dos votos para entrar na CM.

E esse vereador entrar na CM com a maioria dos votos ganhos no distrito de Curuçambaba, diferentemente dos outros dois vereadores que apresentam os seus maiores índices de votos no distrito sede.

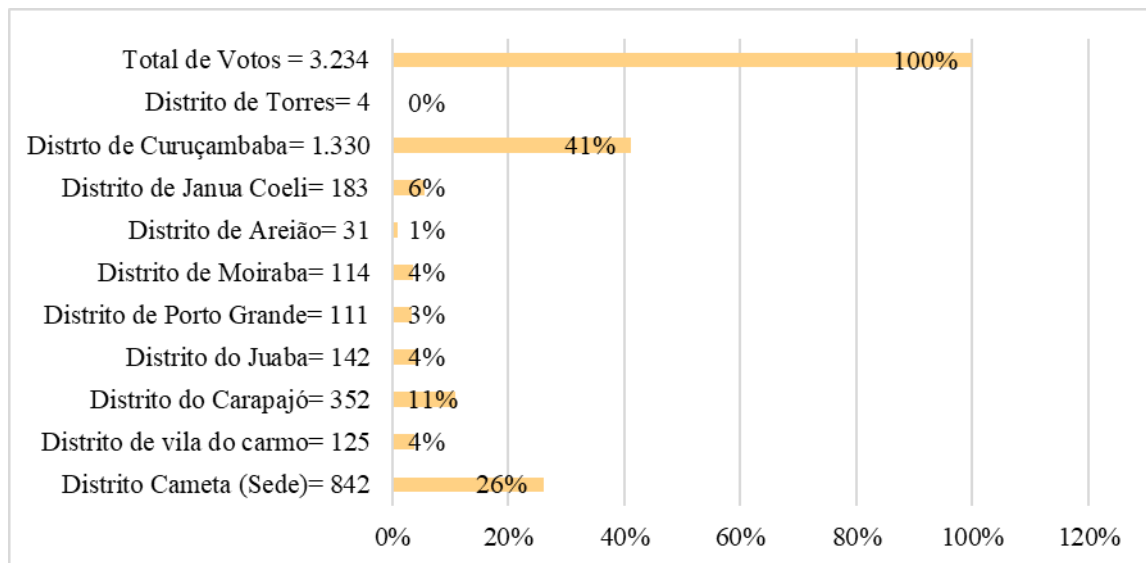
**Gráfico 7. Votação do vereador 2 por distrito no ano 2012**



Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Na eleição de 2012 em que foi reeleito, o vereador consegue manter o distrito de Janua Coeli, e como visto nesse gráfico 7, ganhou espaço eleitoral também no distrito de Carapajo, onde é um distrito que faz divisa com Curuçambaba, e nessa eleição Carapajó representa 12% dos votos obtidos, e Curuçambaba permanece predominado como reduto eleitoral do vereador ao conceder 48% dos votos que recebeu do município de Cametá. Ainda nesse gráfico, é percebido que apesar da baixa da votação nesse período eleitoral de 2012 em Curuçambaba, o vereador ampliar o seu reduto eleitoral em outras áreas como no distrito sede do município que antes detinha 23% dos votos, nessa eleição passou a deter 25% dos votos. Com isso deduz-se que esse vereador tem uma atuação frequente na região de Curuçambaba, ou seja, essa seria uma área dominada por esse vereador, e os distritos que estão próximos a essa região, estão tornando-se dispostos a transformassem em mais um reduto do vereador por causa dessa relação de proximidade.

**Gráfico 8. Votação do vereador 2 por distrito no ano 2016**



Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

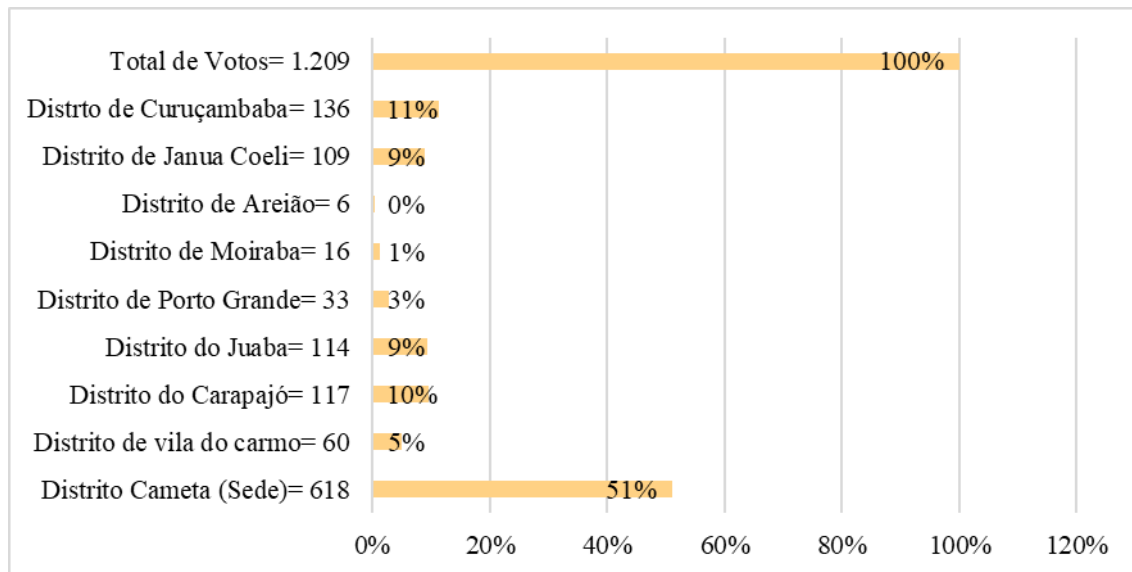
No ano de 2016, o vereador é reeleito novamente para seu terceiro mandato consecutivo com 3.234 votos, e nessa eleição tornou-se o vereador mais votado.

De acordo com o gráfico 8, o vereador possui nessa eleição votações relevantes em 9 distritos dos 10 distritos do município de Cametá. No distrito de Cametá obtém 41% dos votos, mas isso não quer dizer uma redução de eleitorado nesse distrito, pois em números gerais nesse distrito recebeu 1.330 votos, quase a metade dos votos totais, ou seja, com essas votações expressivas em 9 distritos dos 10, esse vereador pode torna-se como o vereador 3 no município, tendo os seus votos espalhados por todo território de Cametá.

### 3.4.3 – Votos por distrito do vereador 3

O vereador 3, tem a sua primeira eleição no ano de 1996 com 775 votos. E na eleição de 2000 em que reeleito pela segunda vez vereador do município obtém 1.209 votos no total. Nessa eleição em que foi reeleito o vereador é o mais votado desse pleito eleitoral, sendo assim, sua primeira eleição como o mais votado.

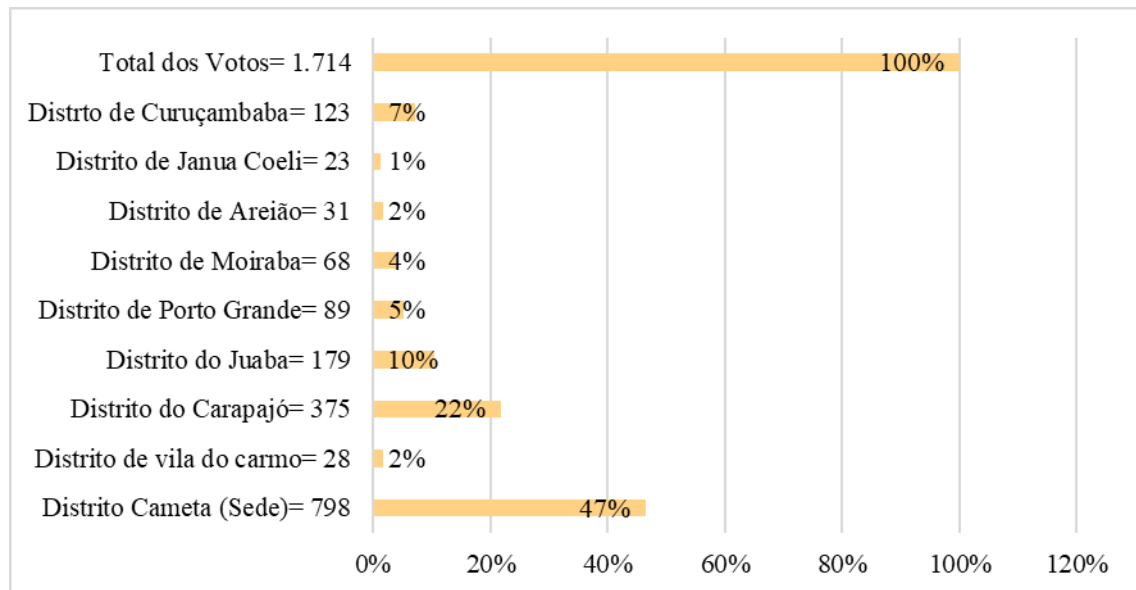
**Gráfico 9. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2000**



Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Conforme o gráfico 9, o vereador apresenta um público eleitor elevado no distrito sede, com 51% dos votos recebidos nesse distrito para sua reeleição. Nessa eleição o vereador conta com uma porcentagem em votos acima de 9% em dois distritos, que são Curuçambaba que é o reduto do vereador anterior, e o distrito do Carapajó. E ainda há dois distritos com o mesmo valor de 9%. Com isso, podemos perceber que esse vereador ao ter um pai que já foi vereador no município, faz com que o vereador já tenha um público eleitor que o conheça, uma vez que essa é a segunda eleição que participa, e inclusive é a primeira das eleições municipais que participou que é eleito como o vereador mais votado.

**Gráfico 10. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2004**

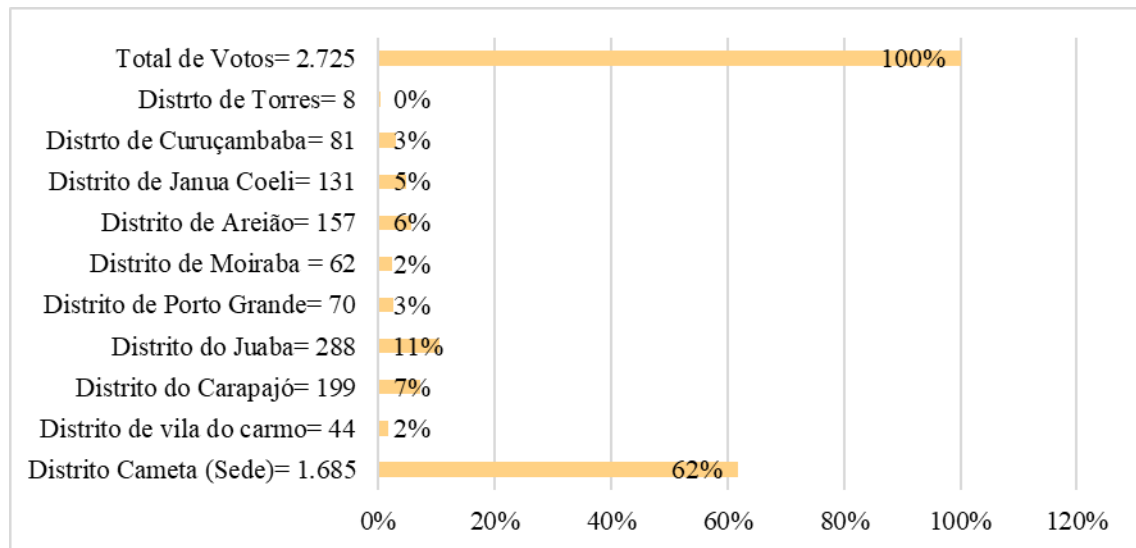


Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Na eleição do ano de 2004, foi reeleito novamente com quantidade superior de votos no distrito sede, em que de acordo com o gráfico 10, o vereador obtém 47% nesse distrito, o que são 4 % a menos da eleição de 2000, em que recebeu 51% dos votos, mas isso não significa uma perda de reduto eleitoral, visto que isso demonstra que o vereador teve a capacidade de ganhar mais votos em outros distritos, aumentando o seu reduto, como o distrito de Carapajo que saiu de 10% dos votos para 22%. Portanto, percebemos que esse vereador teve a capacidade de espalhar o seu voto, não o mantendo em um só local.

No ano de 2008, o vereador concorre novamente o pleito eleitoral de Cametá, sendo essa sua quarta candidatura e quarta reeleição. Nesse ano é reeleito com 2.725 votos, sendo que no distrito de Cametá recebeu, conforme o gráfico 11, abaixo, 62% dos votos, no que faz esse distrito se destacar como o principal redutor do vereador.

**Gráfico 11. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2008**

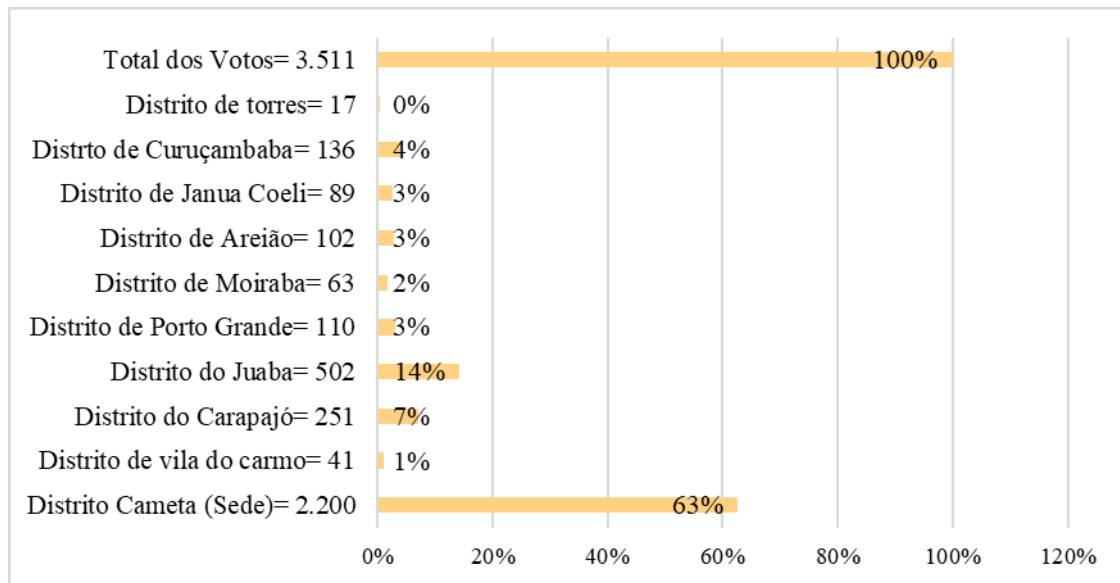


Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Ainda, conforme o gráfico 11, observamos que o vereador diminuiu a porcentagem de votos no distrito de Carapajo que passou de 22% para 7% dos votos. Isso pode deduzir que ocorreu um desgaste de sua imagem política nessa região nesse ano eleitoral. Apesar de uma perda de eleitorado nessa região, o vereador consegue aumentar o seu público eleitor no distrito do Areião de 2% para 6%, ou seja, esse 6% significa que 157 pessoas desse distrito votaram no vereador, e os 2% da eleição de 2004, era composto por 31 pessoas.

E nessa eleição o vereador conseguiu manter o distrito do Juaba para receber votos, pois na eleição de 2000 estava com 10%, na de 2004 de novo com 10%, e nessa de 2008 está com 11%. Em vista disso, percebemos que boa parte dos eleitores do Distrito do Juaba são fieis a esse vereador, até porque era o distrito antigo onde morava com sua família.

**Gráfico 12. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2012**

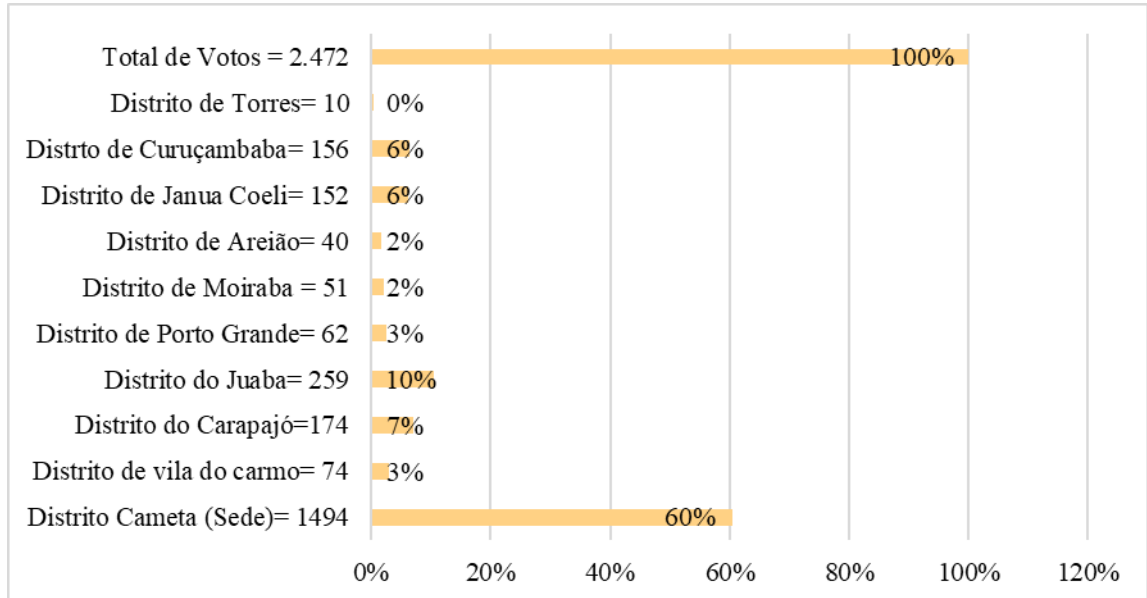


Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Na eleição de 2012, esse vereador é eleito novamente para o seu quinto mandato. E é eleito com 3.511 votos no município, onde mais uma vez é o vereador mais votado do pleito eleitoral para o cargo de vereador em Cametá.

Nesse gráfico 12, observamos que o vereador continuou elevando a sua votação no distrito do Juaba, passando de 11% para 14%. Esses 14% traduzem que 502 pessoas desse distrito votaram no vereador. Em confrontação com o total de votos no município que foi de 3.511, percebemos a importância desse distrito, já que esse foi único dos outros que recebeu votos com o número bem elevado. Nesse gráfico, ainda depreendemos que o vereador tem o distrito sede como o local em que recebe mais votos, pois esse distrito concedeu para o vereador 63% dos votos, no que nos indica que 2.200 pessoas desse distrito despueram-se a votar no vereador.

**Gráfico 13. Votação do vereador 3 por distrito no ano 2016**



Fonte: TSE, TRE-PA e autora.

Na eleição de 2016, o vereador é reeleito para o seu sexto mandato consecutivo, deste modo, com a reeleição passou a completar 20 anos na política cametaense como legislador na CM do município, mas a partir do início do mandato após essa eleição no ano de 2017 e passando o ano de 2019, completou 23 anos. Com isso é o vereador mais longevo comparado com a carreira política dos outros dois vereadores a permanecer em um cargo do legislativo. No resultado total dessa eleição de 2016, recebeu 2.472 votos no município para sua reeleição, em que comparado com a eleição do ano de 2012 que recebeu 3.511, o vereador apresenta uma baixa de 1.039 votos no município. Por esse fato podemos presumir que o vereador 2 ao conseguir chegar no patamar do vereador 3 no quesito votação dessa última eleição do ano de 2016, nos revelar que esses dois vereadores futuramente podem disputar o poder local do município entre eles. Ainda mais pelo fato de o vereador 2 ter sido na eleição de 2016 o vereador mais votado, e o vereador 3 que tinha sido na eleição de 2012 o vereador mais votado, passar a ser nessa eleição de 2016 o terceiro mais votado.

E de acordo com o gráfico 13, o vereador 3 continua recebendo votos em todos os distritos, desse modo, mesmo que tenha diminuído as porcentagens de votos nessa eleição de 2016 o vereador ainda manteve a sua característica de ter votos espalhados pelo município.

Assim sendo, os três vereadores apresentam peculiaridades em suas votações por distrito, uma vez que os três têm diferenças na questão da trajetória política no município. O primeiro vereador tem sua carreira política marcada por ser uma liderança política local que associou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) como forma de apoio institucional, e pelo mesmo jeito de busca de apoio tem sua associação com a igreja, pois na época em que era somente uma liderança política na ilha de Pacuí, trabalhava somente como pescador, ou seja, não tinha o poder político e econômico para firmar-se como um político no município, e essas duas instituições o concederam a notoriedade que esse vereador não tinha, e a partir dessa notoriedade das instituições foi construindo sua própria. No que reflete na quantidade de vezes que precisou candidatar-se como vereador para poder entrar na CM do município, no total foram quatro candidaturas, pois na quarta entrou para o corpo legislativo cametaense. E pelos gráficos percebemos que na eleição de 2000, que foi a primeira que ganhou para torna-se legislador o vereador conseguiu votos exorbitantes no distrito sede, e esse é o distrito onde localiza-se a comunidade em que vive, e por causa de sua história política ter começado na ilha de Pacuí, esse vereador tem inúmeros votos das comunidades próximas a essa região no que traduz-se em votação concentrada, pois acontece somente em dois distritos. O segundo vereador, seguiu por um certo tempo o mesmo tipo de votação desse vereador anterior, seguindo a linha de votação concentrada, pois na eleição de 2008 e 2012 os seus votos concentram-se no distrito em que mora, Curuçambaba, no entanto, na eleição de 2016 os seus votos passaram a serem espalhados por todo o município, e vai diferenciar-se ainda mais desse vereador anterior, é que para ter notoriedade em sua localidade não precisou junta-se primeiramente as instituições políticas, como partido político e outras instituições de poder como a igreja que nem o vereador anterior, e isso é visto quando candidatar-se pela primeira vez e é eleito. O terceiro vereador, diferencia-se totalmente dos outros dois vereadores, pois esse vereador teve o pai com carreira política como legislador no município, por esse fato pode herdar a notoriedade do pai, não precisando junta-se as instituições políticas ou ter a sua notoriedade relacionada com a “ajuda” excessiva a sua localidade. E podemos perceber essa questão quando é eleito no ano de 2000 e já apresenta índices de votos nos distritos, pelo fato disso, o seu tipo de votação é espalhada, pois tem votos em todos os distritos do município. Em virtude disso, compreendemos que no perfil político do vereador 1 apresenta a característica da votação concentrada nas eleições do município, pois das eleições analisadas esse vereador contém votos concentrados em dois distritos, mas principalmente no distrito de Cameté. Ainda para compor o seu perfil político temos o envolvimento desse vereador com outras instituições para ter capital político, uma vez que não possuía. O vereador 2 tem em seu

perfil político inúmeros apoio a localidade em que vive e esse apoio é feito por ter capital econômico, ou seja, por ser empresário tem o poder aquisitivo para fazer esse apoio, com esse capital econômico teria seu capital político. E o seu tipo de votação é uma votação concentrada, mas que futuramente pode ser espalhada. O vereador 3, tem no seu perfil político a característica de ter herdado o capital político de seu pai, e com essa herança teria os votos que recebia, pois quando candidatou pela primeira vez já tinha votos em todos os distritos, por isso o seu tipo de votação seria espalhado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho parte da premissa de analisar os comportamentos políticos dos vereadores do município de Cameté no período de 2001-2019, todavia foram escolhidos 3 vereadores dos 43 para descrever a sua trajetória política no ambiente local. Esses escolhidos possuem distintas qualificações territoriais, políticas e econômicas, além de serem os únicos eleitos na eleição municipal de 2016 com um certo número de legislatura. Por meio das metodologias do estudo de caso foram construídas e examinadas as suas trajetórias políticas no município, e bem como suas chegadas a Câmara Municipal. No decorrer da investigação notou-se com o estudo de caso que esses três vereadores possuem redutos eleitorais, sendo esses redutos as comunidades que vivem.

E esses três vereadores apresentam características diferentes entre si que podem ser percebidas nas suas histórias de vidas, pois o vereador 1, antes de ser vereador na CM de Cameté era somente uma liderança política local que não tinha notoriedade suficiente para poder se eleger, e que não tinha poder aquisitivos como os outros dois vereadores, mas que ao começar a fazer parte das pautas das igrejas e das putas do partido político que está filiado, começou a ter um reconhecimento que atravessou o público eleitor que estava em sua localidade, passando a ser reconhecido em localidades próximas. Assim alcançando bons índices de votos para entrar na CM. O vereador 2, é um legislador que em sua carreira política também apresenta a sua localidade como matriz de sua votação, mas que não buscou por notoriedade como o vereador 1 em outros setores de poder político, uma vez que esse vereador 2 tem em sua carreira o poder econômico que o vereador anterior não tinha. E o vereador 3, teve um pai político que também foi vereador no município, e pelo fato de seu pai ter sido vereador herdaria os seus votos.

Para descobrir sobre a distribuição de votos desses vereadores no município, foram utilizados os votos por distritos, produzidos através dos resultados das seções eleitorais.

Em que foi vista por esses votos por distrito dos vereadores, que o vereador 1 tem uma votação concentrada, o vereador 2, nas duas primeiras eleições que participou tem também uma votação concentrada, mas que na terceira e última, apresenta uma votação distribuída, ou seja, alcançando votos nas maiorias dos distritos do município. E o vereador 3 que tem o pai como ex-vereador tem uma votação distribuída desde o início de sua carreira como legislador.

Por esse comportamento político desses três vereadores, foram descobertas que a herança da notoriedade de um parente político alavanca a carreira legislativa desde o princípio, e esses que não apresentam um parente político tem sucessivas participações nas eleições municipais para conseguirem se elegerem. Porém, podemos salientar que os vereadores que fogem dessas consecutivas tentativas a eleição tem notoriedade por possuir carisma na comunidade em que vive, desse modo, essa comunidade mostra-se um ótimo reduto eleitoral para o vereador carismático se eleger.

Na questão de troca de partido existem vereadores que se mantem linear com o seu partido, ou seja não trocam. Mas há aqueles que sempre trocam de partido, seja por estratégia política ou por entenderem que não precisa do partido para se eleger, uma vez que acredita ter votos suficientes para eleger-se.

Ainda sobre o comportamento políticos dos vereadores foi apontado existência de políticos que defendem o governo municipal abertamente para demonstrar seu “lado” e conseguir realizar os desejos de seus eleitores. No entanto se acontecer de eleger o governo que o vereador não estava apoiando, ele começa apoiar logo em que o governo ganha para não se indispor com o governo eleito.

E foi identificado que para um vereador ter um assessor de confiança é de suma importância para relações clientelistas entre eleitores e políticos.

Por ultimo sobre a entrada de um vereador a Câmara Municipal foi descoberto que ao entrar na CM pode fazer uso de relações que não faziam antes de entrar, como as relações de natureza clientelistas nas quais precisam para manter as suas clientelas. Dessa maneira um vereador não tem como fugir de encontros clientelistas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: CEBRAP. ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas e JÚNIOR, Jaime Santos. Métodos de pesquisa em ciências sociais Bloco Qualitativo. São Paulo.2016. p. 60 a 70.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2013. p. 1-18

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e Política no Brasil: revisitando velhos Problemas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 225-240, 1994.

BAHIA, Luiz H. N. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara. A Democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARROS, Haroldo. O imaginário da Republica em Cametá: Republicanos, Democratas e Outros Partidos na Batalha da Construção da Republica em Cametá/Pará (1886-1906). Coleção Novo Tempo Cabano Vol. III, Cametá, Pará, 2007.

BASTOS, Gisele Braga. O clientelismo político e o joio e o trigo da política municipal. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Juiz de Fora, 2017.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Reluma Darumã, 1999.

BRASIL. Código Eleitoral Brasileiro. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em 13/02/ 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Art.29. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivel\\_03/leis/L8745cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivel_03/leis/L8745cons.htm) acesso em: 13/02/2019

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão Conceitual. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, p.130-153, 1998.

CARVALHO, José Murilo. “Passo atrás, passo adiante (1964-1985) ”. In: **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 155-195.

DELGADO, Lucilia. “Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 127-154.

DUARTE, Aimée Schneider. **Agenda Oculta: A constituinte de 1987-88 e seus Fundamentos Culturais**, 2017. 200 f. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

FARIAS, F. **Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 2000.

FÉLIX, Rafaela; CHAGAS, Milton, Atuação do Poder Legislativo Municipal: Uma análise sobre as atividades da Câmara do Município de Várzea Alegre-Ce na Percepção dos seus habitantes. Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Ceará, v. 2, n. 2, 2017.

FERREIRA, Jorge. **“A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): temas historiográficos”**. In: NUNES, João Paulo Avelãs e Freire. Américo (org). *Historiografias portuguesas e Brasileiras XX: Olhares Cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 147-181. Disponível em: Digitalis <http://hdl.handle.net/10316.2/38577>.

FERREIRA, Jorge. **“O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção o Brasil Republicano. Volume 5.), pp.27-71

GRAHAM, Richard. **Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá**. In: Braudel Papers, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/03/2019

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o poder decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 337-365, 2005.

KUSCHNIR, Karina. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime Representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978

Lei Orgânica do Município de Cametá– Disponível em: <https://prefeituradecameta.pa.gov.br/lei-organica-municipio-de-cameta/>. Acesso em: 15/12/2018.

LENARDÃO, Elcio. *Gênese do clientelismo na organização política brasileira. Lutas Sociais*. São Paulo, 2004. Disponível em: [www.pucsp.br/neils/downloads/v11\\_12\\_elsio.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_elsio.pdf). Acesso em: 10/02/2018

LENARDÃO, Elcio. *O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência*. 194f. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2006.

LOPEZ, Félix G. *A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 22, p. 153-177, jun. 2004.

Manual do vereador. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a\\_pdf/manual\\_interlegis\\_vereador.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_interlegis_vereador.pdf). Acesso em 18/12/2018

MOURANO, Adriana. O poder legislativo Municipal. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007.

MULLER, Matheus. Ainda o século do clientelismo? Uma análise de condicionantes demográficas, socioeconômicas e culturais. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1976.

PASE, Hermes Luiz; MULLER, Matheus; MORAIS, Jennifer Azambuja. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. Pelotas [10]: 181 - 199 janeiros / junho de 2012

RASOTO, Tálita Jacy. Getúlio Vargas e o Populismo, 2009. 27 f. Trabalho de conclusão de Curso- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, Sabrina. Dinastias Políticas e Poder Local: O caso do Município de Arcos-MG. Dissertação de Mestrado, Departamento de pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

TAVARES, Francine Bentes; DIAS, Sara Corrêa. Conflitos em torno da emergência de inovações sócio-organizacionais: o caso do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Pacuí de baixo (Cametá-PA). Rev. Agric. Fam. Belém/PA, n 10, p. 87-100, 2014.

SANTIN, Janaina Rigo; FAVRETTO, Mariana. Poder local, participação popular e clientelismo. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br>. Acesso em: 10/11/2018

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Política, clientelismo e comportamento legislativo: a Câmara Municipal de São Gonçalo e as “melhorias urbanas”. Revista OPSIS, Catalão, v. 12, n. 2, p. 190-211, 2012.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 148-169, 2003.

VELOSO, Giovana Rocha. Clientelismo uma instituição política no Brasil. Distrito Federal, 2006. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Tribunal Regional Eleitoral do Para – TRE/PA. Disponível em: < <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 20/11/2018

Tribunal Superior Eleitoral-TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 20/11/2018